

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 026/2024
Data: 12/04/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
A VISÃO FUTURA DA RECEITA FEDERAL PARA O COMEX BRASILEIRO	4
MARCO LEGAL DAS HIDROVIAS DEVE SAIR EM MAIO, AFIRMA FUTURO SECRETÁRIO NACIONAL	5
SENADORES APROVAM REPASSE DE RECEITA DOS PORTOS.....	6
MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA	7
ECONOMIA DA BAHIA: INDÚSTRIA CRESCE 6,1% MAS EXPORTAÇÕES CAEM 22%	7
EIG E LAKE CAPITAL INVESTIMENTOS CONCLUEM AQUISIÇÃO DA OCYAN POR R\$ 390 MILHÕES.....	8
PESQUISA APONTA QUE QUASE 100% DOS INVESTIDORES BRASILEIROS DESCONFIAM DE RELATÓRIOS ESG.....	10
IBP REALIZA EVENTO SOBRE A INDÚSTRIA NAVAL E O SETOR ENERGÉTICO OFFSHORE	11
MUDANÇA NA PETROBRAS DESPERTOU AS 'JUNIOR OILS' – E EXPLICA FUSÃO ENTRE ENAUTA E 3R.....	11
ATVOS ASSINA MEMORANDO PARA CONSTRUÇÃO DA MAIOR FÁBRICA BRASILEIRA DE BIOMETANO A PARTIR DE RESÍDUOS DA CANA	13
PETROBRAS DESCOBRE PETRÓLEO EM ÁGUAS ULTRAPROFUNDAS DA BACIA POTIGUAR	13
ENGENHEIROS DA PETROBRAS E GERDAU INSPECIONAM A PLATAFORMA P-32 COM RESÍDUOS DE ÓLEO E GÁS ANTES DE INICIAR DESMANCHE	15
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	15
CRESCIMENTO - SETOR PORTUÁRIO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NO PRIMEIRO BIMESTRE	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	17
RODOVIAS - “INVESTIMENTO SIGNIFICA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS”, DIZ RENAN FILHO, EM ASSINATURA DE ORDEM DE SERVIÇO NA SERRA DAS ARARAS.....	17
AVISO DE PAUTA - MINISTRO DOS TRANSPORTES, RENAN FILHO, ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA OBRAS DE DUPLICAÇÃO NA SERRA DAS ARARAS (RJ); MELHORIAS SÃO AGUARDADAS HÁ ANOS	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL – INCENTIVO ÀS FERROVIAS	20
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	20
<i>Voa Brasil 1</i>	20
<i>Voa Brasil 2</i>	21
<i>Cooperação portuária 1</i>	21
<i>Cooperação portuária 2</i>	21
<i>Cooperação portuária 3</i>	21
NACIONAL - DINO ANTUNES É NOMEADO SECRETÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS.....	21
REGIÃO SUDESTE - GRUPO EPR ARREMATO LEILÃO DE CONCESSÃO DA BR-040/MG	23
NACIONAL - GOVERNO PROJETA INVESTIR R\$ 20 BILHÕES EM PLANO DE FERROVIAS.....	24
REGIÃO SUL - WILSON SONS ANUNCIA PARCERIA COM ROTA EXCLUSIVA DA ÁSIA AO CONE SUL	25
PORTO DE CABEDELO - OPERAÇÃO FISCALIZA IRREGULARIDADES NA ARMAZENAGEM DE PETCOKE EM CABEDELO	27
REGIÃO SUDESTE - SUZANO CONCLUI ENVIO RECORDE DE CELULOSE EM UM ÚNICO NAVIO	29
PORTOS - PORTO DE SANTOS E PORTOS DO PARANÁ ASSINAM PROTOCOLO DE INTENÇÕES	29
NACIONAL - SETOR PORTUÁRIO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NO PRIMEIRO BIMESTRE	31
REGIÃO SUL - APÓS AUTORIZAÇÃO DA ANTAQ, PORTO DE ARROIO DO SAL AGUARDA LICENÇAS.....	32
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	33
BALANÇA COMERCIAL DO AGRO DE SP REGISTRA ALTA DE 23,4% NO PRIMEIRO TRIMESTRE.....	33
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO BATEM RECORDE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 E ATINGEM US\$ 37,44 BILHÕES	35
SETOR PORTUÁRIO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NO PRIMEIRO BIMESTRE	36
GOVERNO DE SP QUER GERAR 24 MIL EMPREGOS COM LEILÃO DE RODOVIAS NO LITORAL	37
PLANO DE FERROVIAS TERÁ R\$ 20 BI COM RECURSOS DE RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS, DIZ MINISTRO	38
LEI QUE INSTITUI CORDÃO DE GIRASSOL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA É SANCIONADA EM SP.....	39
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	40
PETROBRAS TERMINA CAMPANHA NA MARGEM EQUATORIAL E AGUARDA NOVAS LICENÇAS	40
JORNAL O GLOBO – RJ.....	42
SILVEIRA DIZ QUE 'NINGUÉM É INSUBSTITUÍVEL' E QUE NÃO HAVERÁ PARALISIA NO CONSELHO DA PETROBRAS	42
AGU E MINISTÉRIO DA GESTÃO MONTAM COMISSÃO PARA REFORMA ADMINISTRATIVA	44
MINISTRO DIZ QUE É PRECISO MODERNIZAR CONTRATOS DE ENERGIA E DEFENDE 'LINK DIRETO' DE PREFEITOS COM DISTRIBUIDORAS	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 026/2024
Página 3 de 64
Data: 12/04/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

REFORMA TRIBUTÁRIA: ELEIÇÕES PARA COMITÊ GESTOR DE IMPOSTO É DESAFIO NA REGULAMENTAÇÃO	45
COM R\$ 1,5 BILHÃO EM INVESTIMENTOS, CCR COMEÇA OBRAS NA SERRA DAS ARARAS.....	46
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	48
ENTENDA EM QUAL ESTÁGIO O MUNDO E O BRASIL ESTÃO NO USO DO HIDROGÊNIO VERDE	48
BRASKEM RECONHECE QUE CUSTOS COM DESASTRE EM MACEIÓ PODEM AUMENTAR.....	51
MONTADORAS NO BRASIL AVALIAM IMPORTAR LINHAS DE PRODUÇÃO APOSENTADAS PELO CARRO ELÉTRICO NA EUROPA ..	52
GOVERNO LULA CONTA VOTOS NO CONSELHO DA PETROBRAS E TEM DERROTA EM DIVIDENDOS	55
JBS INVESTIRÁ R\$ 150 MI PARA DOBRAR CAPACIDADE PRODUTIVA DA UNIDADE CAMPO GRANDE II	56
PETROBRAS: SILVEIRA DIZ QUE ‘NINGUÉM É INSUBSTITUÍVEL’, MAS DEFENDE PERMANÊNCIA DE PIETRO NA ESTATAL.....	57
VALOR ECONÔMICO (SP).....	58
EUA, JAPÃO E FILIPINAS FORTALECEM LAÇOS ECONÔMICOS COM PLANO DE INVESTIMENTOS EM CHIPS E NÍQUEL	58
GRUPO EDSON QUEIROZ BUSCA EXPANSÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA NO PAÍS	59
EXCLUSIVO: DEV MINERAÇÃO PLANEJA INVESTIR R\$ 1,7 BI PARA RETOMAR OPERAÇÕES DO PROJETO FERRO AMAPÁ	60
NEGOCIAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL DISPARA 185% EM DOIS ANOS E BATE RECORDE NO 1º TRIMESTRE.....	61
PAPER EXCELLENCE DIZ QUE DECISÃO DO TRF-4 SOBRE ELDORADO PODE AFETAR INVESTIMENTO ESTRANGEIRO	62
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	63
CONCESSÕES E INVESTIMENTOS PÚBLICOS SÃO DESAFIOS DO 'BR DOS RIOS'	63
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	63
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	63



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

A VISÃO FUTURA DA RECEITA FEDERAL PARA O COMEX BRASILEIRO

O comércio exterior é força vital para o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica

Por: **Ricardo Pupo Larguesa**



Foto: Pixabay

Sob o tema do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA), foi realizado nos dias 13 e 14 de março o 10o Seminário Internacional OEA, um evento marcante que reuniu o Instituto Procomex e a Receita Federal do Brasil (RFB). O seminário revelou não apenas o progresso alcançado nos últimos dez anos, mas também as expectativas da RFB para inovações futuras.

Entre as implementações atuais que foram destacadas, chamou minha atenção a integração de sistemas entre a Receita Federal e outros órgãos governamentais, facilitando uma gestão de riscos aduaneiros mais eficiente através do compartilhamento eficaz de ferramentas, tecnologias e informações.

A visão futura para o comércio exterior brasileiro, contudo, é o que cria grandes expectativas. A concepção da Aduana do Futuro sugere uma transformação radical na maneira como os processos aduaneiros são realizados. Essa visão inclui a integração plena dos sistemas, não só dentro da Receita Federal, mas entre todos os intervenientes do comércio exterior, e a utilização da inteligência artificial para análise de riscos e tomada de decisões automáticas. Além disso, espera-se obter informações antecipadas dos envios, marcando uma transição para uma gestão mais proativa e preditiva das operações aduaneiras.

No centro dessas inovações está a proposta dos sistemas integradores, que promete ser a espinha dorsal das futuras operações de comércio exterior. A gestão coordenada de fronteiras, por exemplo, visa reduzir significativamente o tempo e os custos de transporte, facilitando a passagem pelas aduanas e promovendo uma maior troca de informações entre os países do Mercosul. Isso implicaria na modernização e interoperabilidade das Janelas Únicas Nacionais e das Áreas de Controle Integrado, com o objetivo final de simplificar e agilizar os procedimentos aduaneiros.

Para o e-commerce, espera-se que as parcerias com plataformas digitais e a aplicação de inteligência artificial no gerenciamento de riscos de encomendas internacionais pavimentem o caminho para um combate mais efetivo aos ilícitos. Além disso, o uso de blockchain promete garantir a integridade dos dados, a automatização de processos e a disponibilidade da informação em tempo real.

Por fim, o Programa OEA se coloca como um pilar de confiança e segurança no comércio exterior, com a expectativa de fortalecimento e expansão para abranger todos os órgãos principais que intervêm no comércio exterior, garantindo um reconhecimento universal dos programas OEA.

Mas são tempos desafiadores, marcados por crises humanitárias, conflitos geopolíticos, mudanças climáticas e questões de cybersecurity. O comércio exterior é não só um elemento de sobrevivência econômica, mas uma força vital para o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica. Essas novidades apresentadas refletem um futuro promissor para o comex brasileiro, um futuro construído sobre os pilares da parceria, confiança e transparência.

As intenções são as melhores, e as expectativas precisam ser cumpridas. Em um país com o nível de burocracia e redundância do Brasil, há muito espaço para melhoria. Infelizmente, o retrospecto não é dos melhores, visto que o desenvolvimento dos sistemas da Receita é marcado por desarticulação, morosidade e confusão, ainda que essa evolução seja do interesse do mercado. Claro que torcemos para que tudo dê certo no menor tempo possível. Todos torcemos por você, Não nos decepcione, RFB! Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/04/2024

MARCO LEGAL DAS HIDROVIAS DEVE SAIR EM MAIO, AFIRMA FUTURO SECRETÁRIO NACIONAL

Dino Antunes Batista disse que o chamado BR dos Rios será instituído por decreto da Presidência

Por: Bárbara Farias



BR “juntará várias ações no sentido de desenvolver o setor hidroviário, envolvendo outros ministérios”, afirma Dino Batista Foto: Chico Siqueira/Estadão Conteúdo/Arquivo

O futuro secretário nacional de Hidrovias e Navegação, do Ministério de Portos e Aeroportos, Dino Antunes Dias Batista, afirmou que o marco legal das hidrovias, o chamado BR dos Rios, deverá ser instituído por meio de um decreto presidencial em maio.

Diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias (DNHI), o servidor público federal foi anunciado no cargo pelo ministro Silvio Costa Filho em cerimônia, nesta quinta-feira (11), em Brasília. O ministro assinou o termo de indicação do novo secretário, mas a portaria de nomeação será publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Sobre a escolha de Batista, Costa Filho explicou que “o nosso objetivo foi buscar um servidor de carreira, com capacidade de trabalho, espírito público e que conhecesse a realidade das hidrovias do Brasil”.

O ministro afirmou que a nova secretaria alavancará a “agenda hidroviária, para que a gente possa avançar nas PPPs (parcerias público-privadas) e nas outorgas que a gente está construindo junto da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Nos próximos três anos, o desafio é avançar nas hidrovias dos rios Madeira, Tapajós e Barra Norte, Amazonas, Paraguai, Uruguai e Tocantins. A hidrovia pode ser um novo modal de transporte que dialoga com o meio ambiente e com a competitividade para reduzir o custo logístico nacional”.

Em relação ao instrumento legal hidroviário, o futuro secretário declarou para A Tribuna que “pretende lançar o BR dos Rios até maio e, a partir daí, fazer o monitoramento e as ações que estão previstas. É um conjunto de ações, e a gente pretende que ele seja formalizado via decreto do presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva, PT), onde ele passa a ter uma prioridade, porque tem algumas ações que não são nossas”.

Dino Batista antecipou que o marco legal das hidrovias “juntará várias ações no sentido de desenvolver o setor hidroviário, envolvendo outros ministérios”.

Entre eles, “o da Justiça para tratar de segurança patrimonial; Marinha, pois a gente precisa discutir o apoio de fluviários (tripulantes que operam embarcações de navegação interior em lagos, rios e de apoio fluvial); o apoio do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) porque as concessões

hidroviárias podem representar uma ruptura — não dá para querer resultados diferentes se fizermos tudo igual. E as concessões serão uma grande resposta à perenidade das nossas hidrovias”.

Dino frisou que, para atingir o objetivo de transformar vias navegáveis em hidrovias, sua equipe, que será mantida integralmente na nova pasta, tem trabalhado em conjunto com a “Antaq e a Infra SA”. O futuro secretário pontuou que a pasta trabalhará em concessões hidroviárias atrativas para a iniciativa privada. Porém, destacou que a atuação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que executa as obras hidroviárias, é indispensável.

A secretária executiva do ministério, Mariana Pescatori, afirmou que “o desafio é grande. Hoje, a gente só faz navegação com investimentos públicos nas nossas dragagens e eclusas. Conseguimos (ministério) ter o recorde de R\$ 650 milhões em investimentos em 2023 e mais R\$ 700 milhões para esse ano. E temos o desafio de tocar as outorgas. É muito desafiador colocar de pé uma modelagem de uma hidrovia, mas a gente está pegando tudo de boas modelagens dos outros modais para para a gente possa, efetivamente, acertar”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/04/2024

SENADORES APROVAM REPASSE DE RECEITA DOS PORTOS

PL autoriza a União a compensar os municípios próximos afetados pela atividade portuária com 1,5% da receita líquida

Por: Agência Senado



Foto: Vanessa Rodrigues

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado deu parecer favorável, na última terça-feira (9), ao Projeto de Lei (PL) 2.631/2022, que autoriza a União a compensar os municípios próximos afetados pela atividade portuária com 1,5% da receita líquida dos portos.

O texto, de autoria do senador Flávio Arns (PSB-PR), recebeu relatório favorável do senador Eduardo Gomes (PL-TO) e segue para a Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE) da Casa, em data a ser definida.

A matéria altera a Lei Federal 9.277/1996. Segundo Arns, a legislação em vigor restringe a aplicação das receitas portuárias ao local onde os portos estão instalados. Isso impede o uso dos recursos para compensar territórios vizinhos.

O senador argumenta que a mudança reduziria o impacto negativo causado a municípios próximos. Ele cita como exemplo os portos de Paranaguá e Antonina, que afetam as populações de outros municípios do litoral paranaense, como Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná.

Para Eduardo Gomes, a medida “vai ao encontro dos objetivos sociais e ambientais dos portos brasileiros”. O relator avalia também que os terminais portuários “possuem, de um modo geral, preocupação em garantir uma nova ética de desenvolvimento sustentável para gerar um crescimento econômico virtuoso baseado não apenas na geração de empregos e acréscimo de renda das pessoas, mas também na redução dos impactos negativos causados à sociedade pelas atividades econômicas”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/04/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ECONOMIA DA BAHIA: INDÚSTRIA CRESCE 6,1% MAS EXPORTAÇÕES CAEM 22%

Economia da Bahia avança na recuperação do setor industrial, mas segue com desempenho negativo no comércio exterior

Da Redação ME



Economia da Bahia: expectativa de recuperação das exportações ao longo de 2024 vai depender de fatores como a oscilação dos preços da commodities/Foto: Wilson Sons

A economia da Bahia, depois de um ciclo de dificuldades, principalmente no setor fabril, mostra reação na produção industrial, que avançou 6,1% em fevereiro passado sobre o mesmo mês do ano passado, de acordo com o IBGE. No comércio exterior, no entanto, o cenário segue desafiador para as empresas baianas, que registraram queda de 22% nas exportações de março, comparadas a igual período de 2023.

No caso da área fabril, a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional (PIM), divulgada nesta terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta números promissores no estado.

Houve uma expansão de 1,8% na passagem de janeiro para fevereiro. Foi o segundo mês consecutivo de alta: em janeiro, o IBGE registrou 1,9% de incremento da produção física no estado, em relação a dezembro.

O resultado no comparativo anual de fevereiro foi ainda mais consistente, o que alavancou o desempenho da indústria estadual no primeiro bimestre de 2024 (7,1%). No acumulado de 12 meses, no entanto, o resultado ainda é modesto, com uma variação positiva de apenas 0,6%.

No primeiro bimestre de 2024, o setor cresceu 7,1% e no indicador acumulado dos últimos 12 meses teve acréscimo de 0,6%, em relação ao mesmo período anterior.

Economia da Bahia com dificuldades nas exportações

Em março, a retração na receita dos embarques da economia da Bahia para o mercado internacional refletiu principalmente a queda no volume exportado (27,2%). O baque foi liderado por produtos que estão entre os de maior peso, para o estado, no comércio exterior: derivados de petróleo, petroquímicos e minerais.

O número menor de dias úteis no período (foram 23 no ano passado e 20 em 2024), devido ao feriado de Semana Santa, também contribuiu para a redução, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Ao todo, o valor das exportações das empresas baianas em março foi de US\$ 801,1 milhões. Os preços médios registraram elevação de 6,9% no mês, puxados por metais preciosos, derivados de cacau e frutas. Essa melhoria, no entanto, não foi suficiente para neutralizar a diminuição no volume dos embarques.

Base de comparação alta influencia resultado

Na análise da SEI, a performance negativa das exportações no mês em análise também está relacionada ao fato da base de comparação ser muito alta. Isso porque, em março de 2023, a

economia da Bahia teve um dos melhores resultados em vendas no mercado internacional, de todo o ano passado.

Economia da Bahia tem alta de 5% nos embarques do agro

No setor agropecuário, atualmente o carro-chefe da Bahia no mercado global, o volume embarcado cresceu 6%, enquanto os preços tiveram recuo de 1%. No cálculo final, o valor dos embarques registrou expansão de 5%. O algodão (397,1%) e frutas frescas (63,1%) foram os principais destaques entre os produtos que apresentaram crescimento.

Já a indústria de transformação manteve o baixo desempenho no comércio internacional que vem mostrando há alguns anos. Os preços subiram 13%, mas o volume despencou 42,4%, o que gerou uma queda na receita total de 35%.

Na indústria extrativa, os preços médios se valorizaram 17,8%, enquanto o volume caiu 37,2%. Com isso, as receitas do setor tiveram oscilação negativa (26%).

Resultado no 1º trimestre é estável

No primeiro trimestre de 2024, as exportações baianas mostraram estabilidade em relação a igual período de 2023, com receitas totais de US\$ 2,55 bilhões (2024) contra US\$ 2,56 bilhões (2023).

Já para os próximos meses, a expectativa do coordenador de Acompanhamento Conjuntural da SEI, Arthur Souza Cruz, é de recuperação.

“Esperamos um período sazonal mais positivo da agricultura, que ainda será alcançado nos meses do meio do ano. Isso tende a melhorar a rentabilidade das exportações, com a desvalorização recente do real frente ao dólar”, ressalta.

Ele adverte, porém, para um fator que pode influenciar esse cenário e, conseqüentemente, as receitas de exportações da economia da Bahia.

“É importante acompanhar o movimento de preço das commodities. De um lado temos produtos importantes para a Bahia, como soja, milho e café, com preços declinantes. Do outro, vemos o barril do petróleo bruto subindo para um patamar acima dos US\$ 90, movimento que é acompanhado por uma redução nos embarques de derivados. Nossa dúvida é qual vetor de forças irá prevalecer”, conclui.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2024

EIG E LAKE CAPITAL INVESTIMENTOS CONCLUEM AQUISIÇÃO DA OCYAN POR R\$ 390 MILHÕES

Companhia acumula mais de duas décadas no fornecimento de soluções de manutenção de alta qualidade para o setor offshore de óleo e gás

Informações: TN Petróleo



O EIG, fundo global americano líder nos setores de energia e infraestrutura, e a Lake Capital Investimentos, divisão de gestão de recursos da Lakeshore Partners, focada nos setores de energia e infraestrutura, anunciaram ao mercado, que concluíram a aquisição da Ocyan Participações S.A. (“Ocyan” ou “Companhia”), fornecedora brasileira de soluções para a indústria offshore de óleo e gás, por uma quantia total de US\$ 390 milhões, considerando US\$ 283 milhões pela participação de 100% do capital pertencente a Novonor e valor restante para liquidação do saldo devedor de títulos



sem direito a voto relacionados à Companhia.

Os recursos da transação referentes à participação acionária da Novonor serão pagos diretamente ao BNDESPAR, de acordo com o contrato fiduciário previamente celebrado pelas partes, a fim de liquidar uma parcela da dívida da Novonor.

Flavio Valle, Managing Director e Head do EIG no Brasil, afirmou: “Com a aquisição da Ocyan, incorporamos ao portfólio do EIG no país uma companhia consolidada no setor offshore e com grande capacidade de oferecer soluções para toda a cadeia de upstream. Concluímos a operação dentro da previsão do mercado e agora nos preparamos para absorver a Companhia, reconhecida mundialmente pela excelência em desenvolver e operar FPSOs (Floating Production Storage and Offloading) e demais projetos que suportam o setor de óleo e gás. É um movimento estratégico do EIG no Brasil, que pretende conduzir a Ocyan a um patamar ainda maior de crescimento associado aos demais ativos do fundo em âmbito nacional e mundial”.

No Brasil desde 1998, o EIG já investiu mais de US\$ 2 bilhões no país. Após a conclusão da transação, a Ocyan se beneficiará do profundo conhecimento técnico do EIG em FPSOs e de potenciais sinergias com a Prumo Logística, holding do portfólio do EIG que desenvolve o Porto do Açú, único empreendimento portuário totalmente privado do país e que possui uma série de sinergias com os negócios offshore da Ocyan.

Para Márcio Carneiro, sócio-fundador da Lake Capital Investimentos, a aquisição demonstra a confiança na indústria brasileira: “A indústria de Óleo e Gás é um importante pilar da economia brasileira e apresenta uma carência de investidores financeiros. A estratégia é auxiliar a indústria a suprir tal lacuna. Acompanhamos de perto a Ocyan há muitos anos e conhecemos sua excelência operacional. Nossa entrada representa um novo ciclo de crescimento para a Companhia. O objetivo é consolidar a Ocyan como o grande player nacional da indústria da prestação de serviços de petróleo offshore. A aquisição da Ocyan reforça o foco em garantir uma prestação de serviços superior, visando sempre atender as necessidades e o sucesso dos nossos clientes”.

Com mais de duas décadas atuando no fornecimento de soluções de manutenção de alta qualidade para o setor offshore de óleo e gás, a Ocyan foca ainda em projetos de descomissionamento e construção submarina. Única operadora brasileira da indústria de unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência – FPSOs, a Companhia opera atualmente quatro unidades offshore por meio de uma joint venture 50/50 com a Altera Infrastructure (investida da Brookfield), mantendo contratos de longo prazo com o Consórcio de Libra (formado por Petrobras, Shell, Total, CNOOC e CNPC), Karoon Energy e 3R Petroleum.

A Lakeshore Partners atuou como assessor financeiro exclusivo do EIG e da Lake Capital Investimentos.

Gestores

Sobre EIG – Investidor institucional líder nos setores de energia e infraestrutura do mundo inteiro, com US\$ 22.9 bilhões sob gestão em 31 de dezembro de 2023. É especializado em investimentos privados em energia e infraestrutura relacionada à energia em uma base global. Durante seus 41 anos de história, destinou mais de 47,1 bilhões de dólares ao setor de energia através de mais de 405 projetos ou empresas em 42 países em seis continentes. Os clientes do EIG incluem muitos dos principais planos de pensão, companhias de seguros, endowments, fundações e fundos soberanos nos EUA, Ásia e Europa. O EIG está sediado em Washington, D.C., com escritórios em Houston, Londres, Sydney, Rio de Janeiro, Hong Kong e Seul. Para obter informações adicionais, visite o site do EIG em www.eigpartners.com.

Sobre a Lake Capital Investimentos – é a divisão de gestão de recursos da Lakeshore Partners. A Lakeshore Partners é uma consultoria financeira e estratégica independente focada em Energia e Infraestrutura. Fundada em 2011, seus sócios têm mais de 30 anos de experiência em finanças estruturadas e fusões e aquisições. Reconhecida pela sua excelência e extensa experiência no setor,

a Lakeshore liderou as mais relevantes transações brasileiras na área recebendo 6 prêmios “Deal of The Year” pela Latin Finance. Para obter informações adicionais, visite o site da Lakeshore Partners em www.lakeshorepartners.com.br e da Lake Capital Investimentos em www.lakecapinvest.com.

Contrapartes

Sobre a Novonor – Grupo global de origem brasileira. Tem como objetivo contribuir para a construção de um futuro sustentável, servindo a sociedade através da capacidade transformadora da sua engenharia e soluções inovadoras em setores-chave como petroquímico, imobiliário, petróleo e gás, industrial, naval, mobilidade e logística portuária. Ao longo de seus quase 80 anos de história, fez importantes contribuições para o desenvolvimento do Brasil e dos mais de 30 países onde atua. Sua reconhecida capacidade e qualidade de entrega e seu compromisso em trabalhar nos mais altos padrões técnicos, de produtividade, governança e eficiência norteiam suas operações.

Sobre o BNDES – Principal agente financiador do desenvolvimento no Brasil. Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES tem desempenhado papel fundamental no estímulo à expansão da indústria e da infraestrutura no país. Ao longo da história do Banco, suas operações evoluíram de acordo com os desafios socioeconômicos brasileiros e hoje incluem apoio às exportações, inovação tecnológica, desenvolvimento socioambiental sustentável e modernização da administração pública.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2024

PESQUISA APONTA QUE QUASE 100% DOS INVESTIDORES BRASILEIROS DESCONFIAM DE RELATÓRIOS ESG

Falta de certificação compulsória e padronização de balanços divulgados estimula casos de greenwashing – “lavagem verde” – no setor

Informações: TN Petróleo



Um total de 98% dos investidores do Brasil acredita que há informações falsas nos relatórios divulgados pelas empresas sobre ESG – Environmental, Social, and Governance – em português, ambiental, social e governança. A pesquisa, divulgada este ano pela consultoria PwC, mostrou que a porcentagem global de desconfiança é de 94%.

O ato de divulgar informações falsas sobre este tema é conhecido como greenwashing, que literalmente significa “lavagem verde”. Empresas fazem uso dessa técnica antiética para conquistar uma posição melhor no mercado e ganhar a confiança dos consumidores. A falta de normalização para esses relatórios agrava a situação.

“É fundamental que haja uma maior regulamentação e normalização dos relatórios ESG”, destaca Patrícia Falcão Bauer (foto), vice-presidente de ESG da Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade (Abrac). “A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolveu a PR 2030, que é uma prática recomendada com diretrizes e um modelo de avaliação para as organizações, o que é de grande auxílio”, completa Patrícia.

Porém, a vice-presidente de ESG da Abrac acrescenta que a ausência de uma norma certificável no âmbito ESG intensifica a desconfiança acerca dos relatórios. “Cada um pode escrever o que quiser sobre a sua própria empresa. Se houvesse a presença de um organismo certificador independente nesse processo, definitivamente haveria mais credibilidade”.

A pesquisa da consultoria PwC também apontou que 57% dos investidores acreditam que, com legislações sobre o tema, a confiança aumente significativamente, enquanto 26% creem que isso acontecerá de maneira moderada. “Uma legislação que punisse mentiras nos relatórios emitidos, juntamente com uma certificação compulsória, contribuiria para que a cultura ESG fosse mais vista



na prática do que apenas promessas ou afirmações tendenciosas”, concluiu a vice-presidente da Abrac.

Sobre a Abrac

Fundada em 2009, a Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade (Abrac) reúne os principais laboratórios e certificadoras acreditadas ao Inmetro e que são responsáveis pela avaliação da conformidade de produtos, sistemas que são oferecidos aos cidadãos. A avaliação da conformidade, operada pelos entes acima citados, tem por objetivo informar e proteger o consumidor, em particular quanto à saúde, segurança e meio ambiente; propiciar a concorrência justa; estimular a melhoria contínua da qualidade; facilitar o comércio internacional; e fortalecer o mercado interno, atuando em conjunto com os órgãos reguladores das atividades em âmbito nacional.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2024

IBP REALIZA EVENTO SOBRE A INDÚSTRIA NAVAL E O SETOR ENERGÉTICO OFFSHORE

Informações: TN Petróleo

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) vai realizar o evento “O Fortalecimento da Indústria Naval Nacional e o Setor Energético Offshore”, que ocorre no próximo dia 18 de abril, das 9h às 12h, no auditório do IBP, no Rio de Janeiro.

Na ocasião, também será lançado o Mapa de Estaleiros do Brasil, painel interativo que apresenta dados e informações sobre a infraestrutura dos estaleiros do País.

O evento tem o objetivo de abordar os desafios e oportunidades relacionados aos projetos de construção naval em sinergia com programas e iniciativas do segmento de petróleo e gás.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates e o presidente do IBP, Roberto Ardenghy, farão a abertura do evento, que também contará com a presença de autoridades, representantes da indústria e operadoras do setor de O&G.

O evento será presencial e é sujeito a lotação do auditório. Os jornalistas interessados em cobrir o evento devem enviar sua confirmação para a assessoria de imprensa do IBP.

Serviço:

“O Fortalecimento da Indústria Naval Nacional e o Setor Energético Offshore”

Data: 18 de abril

Horário: 9h às 12h

Local: Auditório do IBP

Avenida Almirante Barroso 52, 26º andar – Centro

Rio de Janeiro

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2024

MUDANÇA NA PETROBRAS DESPERTOU AS ‘JUNIOR OILS’ – E EXPLICA FUSÃO ENTRE ENAUTA E 3R

Segundo fontes ouvidas pelo IM Business, sinergia entre os negócios abre caminho para cenário mais competitivo

FONTE: InfoMoney

A união entre 3R Petroleum (RRRP3) e Enauta (ENAT3), anunciada nesta quarta-feira (10), abre caminho para um cenário inédito de consolidação das chamadas “junior oils” no Brasil. Com o movimento, deve surgir uma petroleira mais competitiva e próxima da Prio em volume de produção,



mas ainda com o desafio de incrementar sua receita, que não chega a 60% da rival, a segunda maior do setor.

Um dos maiores trunfos da combinação recém-anunciada é seu campo de atuação. Agora com presença tanto em alto mar como onshore, 3R e Enauta devem gerar sinergia com ativos de infraestrutura, gasodutos e a refinaria Clara Camarão, no Rio Grande do Norte.

O movimento cria um desafio adicional para petroleiras menores como a PetroReconcavo (RECV3), que deve buscar alternativas após o fracasso da tentativa de união com a 3R em março.

A avaliação, no geral, é de que a transação com a Enauta fazia mais sentido e traria mais sinergia para o negócio. “A companhia fica bem desalavancada, com uma base de acionistas relevantes, mas pulverizada e com capacidade para fazer outras transações”, avalia um executivo próximo da operação.

Procurada pelo IM Business para comentar o negócio, a 3R não havia se manifestado até a última atualização desta matéria.

Consolidação à vista?

As junior oils apareceram na esteira do plano de desinvestimentos da Petrobras (PETR4) nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Com a venda de ativos aquecida, players menores ganharam terreno para operar, mas isso mudou após o atual governo ter congelado os planos da petroleira.

Desde então, o desafio das menores é se manter rentáveis sem ter o que comprar do maior vendedor do mercado e também sem caixa para fazer aquisições no exterior.

“Isso precipitou o movimento de M&As que começamos a ver e que mostra um novo ciclo para as junior oils”, comenta Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

A companhia fruto da fusão soma um valor de mercado de R\$ 15,8 bilhões, segundo dados de fechamento da véspera, fornecidos por Einar Rivero, da Elos Ayta Consultoria.

A cifra é mais que o dobro do que vale a PetroReconcavo (R\$ 6,3 bilhões). A Prio, que só perde da Petrobras em tamanho, é avaliada em R\$ 41,8 bilhões.

Sobre a operação

A 3R Petroleum (RRRP3) e a Enauta (ENAT3) anunciaram que firmaram um acordo para a combinação de seus negócios, proposta que havia sido divulgada no último dia 2 de abril. O negócio incluiu a participação da Maha Energy Offshore.

A proposta prevê a incorporação das ações da Enauta pela 3R. Como resultado, a nova composição do capital social da 3R será de 53% dos acionistas da 3R e 47% dos acionistas da Enauta.

A proposta da Enauta veio depois que a Petroreconcavo havia iniciado discussões com a 3R para uma fusão, negociações suspensas na semana passada após o avanço da rival.

O CEO da petroleira, Décio Oddone, disse à Reuters mais cedo nesta quarta-feira que a operação será finalizada ainda no primeiro semestre.

Após a fusão, a nova petroleira terá como principais acionistas o Bradesco, a gestora Jive, as famílias Gerdau e Queiroz Galvão, além da Maha Energy.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2024

ATVOS ASSINA MEMORANDO PARA CONSTRUÇÃO DA MAIOR FÁBRICA BRASILEIRA DE BIOMETANO A PARTIR DE RESÍDUOS DA CANA

Informações: *PetroNotícias*



A produtora de biocombustíveis Atvos anunciou hoje (10) a assinatura de um Memorando de Investimentos para a construção de sua primeira unidade de biometano a partir de resíduos da cana-de-açúcar. A unidade, que ficará localizada em Nova Alvorada do Sul (MS), onde a companhia já possui uma planta responsável pela produção de etanol, deve receber investimentos superiores a R\$ 350 milhões. A nova operação, que utilizará como insumos a vinhaça e a torta de filtro, resíduos resultantes da cadeia produtiva da cana, ocupará uma área de 150 mil metros quadrados e terá capacidade instalada de 28 milhões de

metros cúbicos de biometano.

“Agradecemos o apoio do governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da prefeitura de Nova Alvorada do Sul, por criarem as condições necessárias para o desenvolvimento de novos negócios na região. Acreditamos que essa parceria entre as iniciativas público e privada é fundamental para ampliar a geração de riquezas, movimentar a economia, fortalecer a cadeia produtiva e garantir prosperidade para a sociedade em geral”, afirmou o CEO da Atvos, Bruno Serapião (foto), que fez o anúncio sobre o empreendimento na cerimônia de abertura da Expocanas, realizada na manhã desta quarta-feira (10) em Nova Alvorada do Sul.

A expectativa é que o projeto entre agora em fase de análises de engenharia para aprovação final e que as obras sejam iniciadas ainda neste ano de 2024. “Temos levado adiante um estado que tem se diferenciado num ambiente de negócios e investimentos, fruto da união de uma série de atores comprometidos com objetivo de desenvolvimento e crescimento econômico do Estado e do país. Assumimos aqui um compromisso de tornar cada vez mais competitivo o setor no Mato Grosso do Sul. E a Atvos está na fronteira e vanguarda da bioenergia do Brasil”, declarou o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, que prestigiou a solenidade de abertura da Expocanas.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 12/04/2024

PETROBRAS DESCOBRE PETRÓLEO EM ÁGUAS ULTRAPROFUNDAS DA BACIA POTIGUAR

FONTE: *Agência Petrobras*



A Petrobras descobriu uma acumulação de petróleo em águas ultraprofundas da Bacia Potiguar, no poço exploratório Anhangá, da Concessão POT-M-762_R15. O poço 1-BRSA-1390-RNS (Anhangá) está situado próximo à fronteira entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, a cerca de 190 km de Fortaleza e 250 km de Natal, em profundidade d'água de 2.196 metros, na Margem Equatorial brasileira.

Esta é a segunda descoberta na Bacia Potiguar em 2024 e foi precedida pela comprovação da presença de hidrocarboneto no Poço Pitu Oeste, localizado na Concessão BM-POT-17, a cerca de 24 km de Anhangá. Tais descobertas ainda merecem avaliações complementares. A Petrobras é a operadora de ambas as concessões e detém 100% de participação.

As atividades exploratórias na Margem Equatorial representam mais um passo no compromisso da Petrobras em buscar a reposição de reservas e o desenvolvimento de novas fronteiras exploratórias que assegurem o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética.



A nova campanha foi executada em linha com o histórico da Petrobras de excelência e segurança absoluta, sem qualquer incidente, reforçando o compromisso da companhia com o respeito às pessoas e ao meio ambiente.

“A companhia possui um histórico de quase 3 mil poços perfurados em ambiente de águas profundas e ultraprofundas, sem qualquer tipo de intercorrência ou impacto ao meio ambiente, o que, associado à capacidade técnica e experiência acumulada em quase 70 anos, habilitam a companhia a abrir novas fronteiras e lidar com total segurança suas operações na Margem Equatorial” afirma o presidente da Petrobras Jean Paul Prates.

Além das atividades na Margem Equatorial brasileira, a companhia adquiriu, em 2023, novos blocos na Bacia de Pelotas, no Sul do Brasil, e participações em três blocos exploratórios em São Tomé e Príncipe, país da costa oeste da África.

Sobre a descoberta em Anhangá

A constatação de reservatórios turbidíticos de idade Albiana portador de petróleo é inédita na Bacia Potiguar e foi realizada através de perfis elétricos e amostras de óleo, que serão posteriormente caracterizados por meio de análises de laboratório. A Petrobras dará continuidade às atividades exploratórias na Concessão POT-M-762_R15, visando avaliar a qualidade dos reservatórios, as características do óleo e a viabilidade técnico-comercial da acumulação.

Para avaliar as descobertas, a Petrobras aplica soluções tecnológicas de geologia e geofísica, somadas à expertise e excelência do corpo técnico da companhia, bem como sua liderança mundial em operações de águas profundas e ultraprofundas.

A perfuração deste segundo poço exploratório foi igualmente concluída com total segurança, dentro dos mais rigorosos protocolos de operação em águas profundas, o que reafirma que a Petrobras está preparada para realizar com total responsabilidade atividades na Margem Equatorial.

O sucesso exploratório na Guiana e no Suriname corroboram a importância de a Petrobras continuar sua campanha nas Bacias da Margem Equatorial brasileira, conforme previsto no seu Plano Estratégico 2024-2028.

“Com o avanço da pesquisa exploratória da Margem Equatorial brasileira, aumentamos o conhecimento desta região, considerada como uma nova e promissora fronteira em águas ultraprofundas, que será fundamental para o futuro da companhia, garantindo a oferta de petróleo necessária para o desenvolvimento do país”, afirma o diretor de Exploração e Produção Joelson Mendes.

A companhia pretende investir US\$ 7,5 bilhões em exploração até 2028, sendo US\$ 3,1 bilhões na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte. Está prevista a perfuração de 50 novos poços exploratórios no período, sendo 16 na região da Margem Equatorial.

Transição Energética Justa

Novas reservas de óleo e gás são estratégicas para o país e essenciais para a garantia da segurança e soberania energética nacional, no cenário da transição energética justa. A abertura dessa nova fronteira também está alinhada com o pilar estratégico da companhia em maximizar o valor do portfólio com foco em ativos rentáveis, repor as reservas de petróleo e gás, aumentar a oferta de gás natural e promover a descarbonização das operações.

Caso o Brasil mantenha a demanda de petróleo nos patamares atuais e não sejam incorporadas novas reservas, o país poderá se tornar um importador de petróleo, daí a importância da diversificação energética, garantindo tanto a oferta de petróleo, como também investimentos em novas energias de baixo carbono.

Licença

Para obter a licença de perfuração desse poço, a Petrobras realizou uma avaliação pré-operacional (APO), na qual demonstrou ao Ibama estar preparada para atuar com segurança na região. Veja aqui vídeo sobre esse exercício simulado de emergência.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 12/04/2024

ENGENHEIROS DA PETROBRAS E GERDAU INSPECIONAM A PLATAFORMA P-32 COM RESÍDUOS DE ÓLEO E GÁS ANTES DE INICIAR DESMANCHE

Informações: *PetroNotícias*



P-32 Representantes da Petrobrás e da Gerdau chegaram na sede da Ecovix para tratar da limpeza dos tanques da plataforma P-32, que ainda estão com resíduos de petróleo e gás. A embarcação foi trazida para Rio Grande em dezembro do ano passado para ser descomissionada (desmanchada) e os trabalhos tiveram de ser paralisados em virtude desses resíduos. Com isso, a Ecovix, responsável pelo desmanche, começou a demitir trabalhadores e havia ameaças de novas demissões caso não fossem feitas as limpezas nos tanques. O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Grande e São José do Norte (STIMMMERG) deu início a protestos contra as

demissões e também para pressionar a Petrobrás a solucionar o impasse. Com a chegada dos representantes da estatal e da Gerdau, que é a proprietária da embarcação, os trabalhadores comemoraram.

Para o presidente do STIMMMERG, Benito Gonçalves, o início das conversações entre as empresas envolvidas foi uma grande vitória. “Não havia nenhuma perspectiva disso acontecer, mas o sindicato fez a sua parte e conseguiu que um representante da Petrobrás viesse do Rio de Janeiro até Rio Grande para tratar do assunto”, disse. Após fazerem uma vistoria na P-32, os representantes da Petrobrás e da Gerdau reuniram-se com a direção da Ecovix. O presidente do STIMMMERG diz que agora o sindicato “está no aguardo das tratativas e de uma manifestação da Ecovix”. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT 4) já havia dado prazo para que houvesse uma definição até a próxima segunda-feira (15), sobre a continuidade do desmanche da P-32. Também atendeu pedido do STIMMMERG no sentido de que as 80 demissões fossem reduzidas para 40 com a garantia, ainda, de retorno imediato desses trabalhadores após o acordo entre Petrobrás, Gerdau e Ecovix. O sindicato disse que irá aguardar até o dia 15 por uma definição sobre o impasse.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 12/04/2024

Carga transportada cresceu 10% no primeiro bimestre em relação ao ano passado; movimentação de contêineres subiu 22,8% no período

Responsável por 95% do comércio do Brasil com o exterior, os portos registraram um crescimento no primeiro bimestre do ano que sinaliza um aumento da atividade econômica do país. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), autarquia vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, o volume de carga nos dois primeiros meses do ano chegou a 197,8 milhões de toneladas, um número 10% maior que o registrado no mesmo período de 2023.



Crescimento foi puxado principalmente por cargas containerizadas - Foto: Rafael Medeiros/Complexo de Suape

“É algo para o país comemorar porque o movimento nos portos é o reflexo da economia brasileira”, avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. “Este aumento significa e confirma o crescimento econômico, a geração de emprego e renda. E sinaliza que o caminho que estamos tomando, de modernizar e expandir os portos brasileiros, está no rumo

certo”.

Esse crescimento foi puxado principalmente por cargas containerizadas, com destaques também para os crescimentos de grânéis sólidos e líquidos. A movimentação de contêineres cresceu 22,8% no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Em fevereiro, o crescimento do número de contêineres chegou a 29,19% em relação ao mesmo mês de 2023. Foram movimentados 99,83 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 89,58 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (+17,85%), o petróleo e derivados (+16,23%) e a soja (+19,70%).

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação atingiu 11,2 milhões de toneladas, um aumento de 29,19% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1 milhão TEUs, com crescimento de 24,5% em fevereiro de 2024. Desse total, 7,7 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 3,4 milhões por cabotagem.

Com base no histórico da movimentação de contêineres dos últimos quatro anos, sinaliza-se uma retomada da atividade. Após dois anos de queda e estagnação, a movimentação de contêineres retoma e supera a performance observada em 2021, ano de pandemia em que o transporte de mercadorias via contêiner foi significativo.

Nestes meses de janeiro e fevereiro de 2024 acumulados, observa-se um crescimento de 18% na cabotagem de contêiner, comparado a 2023. E não se trata de um efeito pontual. Essa movimentação mais acentuada é apresentada em diversos portos do país. Dos produtos que tiveram maior movimentação, destacam-se algodão, açúcar, café, bem como compostos químicos.

Mais dados de movimentação

Os grânéis sólidos, que representam 58,1% do total de tudo que é movimentado pelos portos, apresentaram crescimento de 11,48% frente a fevereiro de 2023. Foram 58 milhões de toneladas registradas em fevereiro deste ano, com destaque para os dois principais grânéis, minério de ferro e soja.

Grânéis líquidos também apresentaram alta, que atingiu 7,47% em comparação com o mesmo mês de 2023. Por sua vez, as cargas gerais apresentaram um recuo de 1,53% durante o mês frente a fevereiro do ano passado.

Navegação

A movimentação de cargas de longo curso foi de 69,1 milhões de toneladas no segundo mês de 2024, apresentando crescimento de 13,59% em comparação com o mesmo período do ano passado, principalmente pelas exportações, que cresceram 15,11%, enquanto as importações cresceram 6,87%.

A cabotagem, após leve queda em janeiro, apresentou uma alta de 11,08% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 23,87 milhões de toneladas. Já a

cabotagem de contêineres cresceu 31,73% em comparação com fevereiro de 2023, em um indício de que o setor pode voltar a apresentar crescimento de dois dígitos no ano de 2024.

A navegação interior, no entanto, decresceu 5,27% em fevereiro, atingindo uma movimentação de 6,68 milhões de toneladas. Do mesmo modo, houve recuo nas operações de carga feitas em apoio portuário (-9,42%) e marítimo (-3,53%).

Terminais Privados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 66,14 milhões de toneladas em fevereiro de 2024. O número representa um aumento de 10,89% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Já o destaque percentual entre os cinco TUPs que mais movimentaram no mês fica para o terminal Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), que registrou crescimento de 14,28%, com 10,65 milhões de toneladas movimentadas.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 33,69 milhões de toneladas no segundo mês de 2024. O número representa aumento de 12,55% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O porto de maior movimentação no mês foi o de Santos, com 11,11 milhões de toneladas, registrando um aumento de 32,42% frente ao mesmo período de 2023. O porto foi responsável por 33% de toda a movimentação portuária pública do mês.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Com informações da assessoria de comunicação da Antaq
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 12/04/2024

RODOVIAS - “INVESTIMENTO SIGNIFICA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS”, DIZ RENAN FILHO, EM ASSINATURA DE ORDEM DE SERVIÇO NA SERRA DAS ARARAS

Obra histórica irá garantir a duplicação de trecho sinuoso da BR-116, entre Rio e São Paulo: R\$ 1,5 bilhão para aumentar segurança nos dois sentidos da via



Ordem de serviço na Serra das Araras.

A via Dutra é a principal ligação rodoviária entre Rio e São Paulo - Foto: Márcio Ferreira/MT
Ordem de serviço na Serra das Araras (2).

A ordem de serviço garante o novo traçado do trecho, que passará a ter oito faixas - Foto: Márcio Ferreira/MT

“Investimento significa melhoria da infraestrutura e desenvolvimento do país”, diz Renan Filho, em



assinatura de ordem de serviço na Serra das Araras

Obra histórica irá garantir a duplicação de trecho sinuoso da BR-116, entre Rio e São Paulo: R\$ 1,5 bilhão para aumentar segurança nos dois sentidos da via

A duplicação da Serra das Araras, demanda histórica dos motoristas de todo o país que trafegam diariamente pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116), entre São Paulo e Rio de Janeiro, está bem perto de virar realidade. Nesta sexta-feira (12), o ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou a ordem de serviço que vai garantir o novo traçado desse trecho sinuoso e movimentado. A Serra das Araras passará a ter oito faixas – quatro em cada sentido –, além dos acostamentos, nos dois lados da estrada.

“Somando esforços com a iniciativa privada, vamos tirar do papel uma das obras mais importantes do Brasil. Um empreendimento de R\$ 1,5 bilhão que vai garantir conforto e segurança para o usuário desse segmento. Esse investimento significa melhoria da infraestrutura e desenvolvimento do país. Certamente, é um momento marcante para nós”, destacou o ministro.

A Rodovia Presidente Dutra, sendo a principal rota rodoviária entre Rio e São Paulo, desempenha um papel crucial na economia brasileira. Responsável por transportar cerca da metade do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a Dutra é uma via de grande importância logística. Por volta de 30% do tráfego na Serra das Araras é composto por veículos pesados, responsáveis pelo transporte de uma variedade de itens essenciais ao país, incluindo produtos químicos, grãos, carnes, laticínios e minérios, totalizando 43,96 milhões de toneladas de carga por ano.

Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, essa obra fundamental aborda três dos principais indicadores estratégicos da agência. “Temos a redução de acidentes, a melhoria da fluidez e a diminuição de reclamações das nossas rodovias. Essa obra vai conseguir atingir em cheio esses três indicadores”, enfatizou.

Segurança em foco

De acordo com o ministro Renan Filho, o Rio de Janeiro abriga duas das obras de infraestrutura rodoviária mais importantes para o Brasil, com destaque para a duplicação da Serra das Araras. “A descida íngreme e sinuosa dessa serra tem sido cenário frequente de acidentes, o que gerava atrasos e transtornos para os cidadãos do país. Estamos aqui hoje para solucionar esse problema. Agora, as duas faixas serão transformadas em quatro, com alongamento, aumentando a segurança e a fluidez do tráfego”, afirmou.

“Eu já vi muitos acidentes por imperícia, que já ocasionou, por exemplo, dez horas de congestionamento por queda de carreta. Eu nunca me acidentei, nunca tombei, mas pode acontecer, o risco é diário. Ter quatro pistas vai ser ótimo! Vamos poder fazer o trajeto com mais segurança”, relatou o caminhoneiro Márcio Viana, 57 anos, que trabalha há duas décadas transportando líquidos perigosos.

Danilo Vicente da Silva, 30 anos, caminhoneiro há oito anos transportando produtos químicos, afirma que a ampliação da rodovia vai ajudar – e muito – todos os motoristas de carga que transitam por esse segmento da Dutra diariamente. “A Serra das Araras é um trecho atrasado em termos de infraestrutura rodoviária. As curvas são muito fechadas, então é muito perigoso. Com as obras, vai melhorar bastante. Principalmente onde tem as pedras nas encostas. Tem carreta que passa raspando por lá”, disse.

“O nosso propósito é melhorar a vida das pessoas através da mobilidade. Essa obra vai ser a mais emblemática que nós vamos fazer. E vamos deixar um legado para a sociedade. A Dutra vai ser a melhor rodovia do Brasil”, concluiu o CEO da CCR, Eduardo Camargo. A empresa é responsável pela gestão da estrada federal.

Obras



A duplicação permitirá que a velocidade de circulação aumente de 40km/h para 80km/h, tanto na descida quanto na subida da serra. Com isso, a previsão é reduzir em cerca de 25% o tempo de percurso na pista de subida – sentido São Paulo –, e em 50% na pista de descida – em direção à capital fluminense.

A intervenção que será feita pela concessionária CCR RioSP conta com um investimento de R\$1,5 bilhão nos oito quilômetros da serra e prevê:

- Implantação de 24 viadutos
- Duas rampas de escape na pista de descida
- Melhoria em 14 pontos de acesso
- Implantação de uma via marginal na pista sul, sentido São Paulo
- Execução de 93 contenções
- Instalação de 8 pontos de ônibus
- Instalação de 3 passarelas

As melhorias irão beneficiar cerca de 20 milhões de pessoas, das regiões da Baixada e sul fluminenses, além da região metropolitana do Rio de Janeiro, entre municípios cortados pela Dutra ou sob influência dela.

As obras, previstas para durar 52 meses, contarão com mais de 30 canteiros simultâneos, o que vai gerar 5 mil empregos diretos e indiretos – a maior parte da mão de obra virá dos municípios de Pirajá (RJ) e Paracambi (RJ). A entrega da nova pista de subida está prevista para 2028, enquanto a conclusão da pista de descida está agendada para 2029.

Serra das Araras

Serpenteando por trecho exuberante da Serra do Mar, a Serra das Araras supera um desnível de cerca de 400 metros de altura (equivalente ao Pão de Açúcar) na BR-116. Mas a beleza dessa estrada anda de mãos dadas com o perigo.

O traçado original, de 1928, não comporta o alto volume de carros e de caminhões. É preciso muita paciência e atenção para percorrer hoje as curvas sinuosas da serra. A duplicação do segmento, que começará em breve, possibilitará a ampliação da capacidade de tráfego e dará mais segurança aos motoristas.

Também participaram da agenda na Serra das Araras, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; a diretora-presidente da concessionária CCR RioSP, Carla Fornazaro; e parlamentares das bancadas federal, estadual e municipal, entre outras autoridades e convidados.

Confira mais fotos em nossa galeria abaixo:

<https://www.flickr.com/photos/mtransportes/53649523408/in/album-72177720316166997>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 12/04/2024

AVISO DE PAUTA - MINISTRO DOS TRANSPORTES, RENAN FILHO, ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA OBRAS DE DUPLICAÇÃO NA SERRA DAS ARARAS (RJ); MELHORIAS SÃO AGUARDADAS HÁ ANOS

Cerca de 390 mil veículos trafegam por mês no trecho; obra vai beneficiar 20 milhões de pessoas, em média

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assina nesta sexta-feira (12) a ordem de serviço que vai garantir um traçado novo na Serra das Araras (RJ). Este trecho de oito quilômetros da rodovia Presidente Dutra, sinuoso e perigoso, será duplicado.



As obras, que terão investimento da CCR RioSP de R\$1,5 bilhão, vão desafogar o trânsito e aumentar a segurança dos cerca de 390 mil motoristas que circulam pelo trecho todo mês. Em média 20 milhões de pessoas serão beneficiadas com as intervenções.

Cobertura da imprensa

Profissionais de imprensa poderão acompanhar a cerimônia sem necessidade de credenciamento prévio.

SERVIÇO

O quê: Assinatura da Ordem de Serviço para duplicação da Serra das Araras (RJ)

Quando: Sexta-feira (12/04), às 10h

Local: Entroncamento entre a pista de subida e descida da Serra das Araras - Km 225 da BR-116

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 12/04/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INCENTIVO ÀS FERROVIAS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A iniciativa do Governo Federal de lançar um plano nacional para o desenvolvimento das ferrovias – anunciada nessa quinta-feira, dia 11, pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e que deve ocorrer nas próximas semanas – representa um passo significativo na busca por soluções para os desafios logísticos do País. Os investimentos planejados, oriundos das renegociações e renovações antecipadas com as empresas ferroviárias, são uma oportunidade única para impulsionar o modal férreo e suas potencialidades.

A ação é crucial para aprimorar a infraestrutura de transporte de cargas no Brasil, proporcionando maior eficiência, redução de custos e ampliação da competitividade do produto nacional no mercado global. O desenvolvimento do sistema ferroviário contribuirá para a integração regional, o escoamento da produção e a promoção do desenvolvimento econômico em todas as regiões do País.

Além disso, o investimento em ferrovias é uma medida alinhada com os esforços globais em direção à sustentabilidade e à redução das emissões de carbono. O transporte ferroviário é mais sustentável do que o rodoviário, resultando em menor impacto ambiental e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Portanto, o plano nacional de desenvolvimento das ferrovias é uma iniciativa estratégica e oportuna, que deve ser amplamente apoiada e implementada com agilidade. É fundamental que o Governo Federal continue incentivando e investindo no modal ferroviário, visando promover o crescimento econômico, a sustentabilidade e o bem-estar da população brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

VOA BRASIL 1

O programa Voa Brasil, que prevê a comercialização de passagens aéreas por R\$ 200 por trecho, será lançado oficialmente na próxima quarta-feira, dia 17. A data foi anunciada nessa quinta-feira, dia 11, pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em uma publicação em suas redes sociais. O programa, com seus valores promocionais, poderá ser aproveitado por aposentados do

INSS e estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni) que não viajaram nos últimos 12 meses.

VOA BRASIL 2

Costa Filho destacou que “O Governo Federal lançará no próximo dia 17 o Programa Voa Brasil. Fruto de uma construção coletiva com as companhias aéreas”. A comercialização das passagens aéreas nesses preços promocionais não vai depender de subsídio do Governo. A ideia é que as empresas aéreas possam oferecer passagens em períodos de ociosidade - em março, abril, maio, agosto, setembro, outubro e novembro.

COOPERAÇÃO PORTUÁRIA 1

Os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) - os dois principais complexos marítimos do Brasil - firmaram uma parceria para desenvolver acordos de cooperação técnica mútua. O acordo está previsto na carta de intenções assinada nessa quinta-feira, dia 11, em Paranaguá, pelo diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, e pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Sandro de Ávila.

COOPERAÇÃO PORTUÁRIA 2

Segundo Garcia, trata-se de “uma carta de intenção entre os dois portos para que possamos trabalhar para aprimorar a nossa classificação, dando a garantia ao exportador que aqui é um porto seguro. Um exemplo são as práticas de classificação do pátio de triagem, que serão trabalhadas de uma forma conjunta para encontrar as melhores soluções”.

COOPERAÇÃO PORTUÁRIA 3

Pomini destacou que a proposta é fazer justamente com que as equipes técnicas troquem as suas experiências. “A ideia é copiarmos e aprendermos, em conjunto com o Porto de Paranaguá, aquilo que Paranaguá já enfrentou, principalmente sobre modelagem jurídica, realização de leilões, impugnações - tudo pensando na maior eficiência para que entregarmos os resultados esperados pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa”, explicou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

NACIONAL - DINO ANTUNES É NOMEADO SECRETÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS

O diretor do departamento de navegação e hidrovias, Dino Antunes, será o novo Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos. Arquivo/Minfra

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebnews.com.br **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebnews.com.br



Dino Antunes disse que a equipe da recém-criada Secretaria Nacional de Hidrovias já está trabalhando em ações de prevenção para o setor, como a preparação para a seca de 2024

O diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias, Dino Antunes Dias Basta, será o novo secretário nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos. A informação foi confirmada na quinta-feira, dia 11, pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em cerimônia na sede da pasta.

A estrutura da Secretaria de Hidrovias foi publicada na terça-feira, dia 9, no Diário Oficial da União. A nova secretaria também cria o departamento de gestão hidroviária, que vai auxiliar nos planos e orçamento do setor. E o departamento de navegação e fomento, responsável pelos estudos técnicos e econômicos. A secretaria terá a responsabilidade de propor, implementar, monitorar e avaliar a



política nacional de transportes, abrangendo os setores de hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte, bem como a navegação marítima e interior.

A cerimônia contou a presença das principais autoridades e representantes do setor. Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, destacou que a pasta contribuirá para os avos do Brasil, permitindo a criação de uma nova estrutura de transporte que reduza a dependência excessiva das rodovias, atualmente responsáveis por 75% do escoamento da produção, e promova um equilíbrio maior com as ferrovias, que atualmente respondem por 25% do escoamento.

“A agenda hidroviária pode ser um novo modal de transporte para o país que dialoga com o meio ambiente, dialoga com a nossa competitividade para diminuir o custo logístico operacional e a indústria naval brasileira para que a gente possa fomentar novas cadeias produtivas no país”.

Dino Antunes enfatizou a importância de trabalhar em conjunto e envolver a iniciativa privada para alcançar os objetivos propostos. Ele mencionou que a equipe já está trabalhando em ações de prevenção para o setor, como a preparação para a seca de 2024.

“Não dá pra gente querer resultados diferentes se fizer tudo igual, as concessões hidroviárias serão sim uma grande resposta para dar uma perenidade, realmente criar hidrovias no Brasil e não apenas rios navegáveis”.

Eduardo Nery, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), declarou que a autarquia vai contribuir para que o desenvolvimento não seja apenas focar no transporte de cargas, mas também em melhorar o transporte de passageiros.

“Para que o modal seja atrativo e não onere a carga, é importante que o usuário tenha esse benefício muito claro. Do ponto de vista ambiental, é quatro vezes mais vantajoso que uma rodovia é uma vez e meia mais vantajoso que as ferrovias”.

Estratégias

Mariana Prescatori, secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, afirmou que está adotando estratégias de sucesso de outros setores de transporte para auxiliar no funcionamento do novo sistema de portos e aeroportos.

“Agora estamos enfrentando o desafio de colocar o decreto em prática o mais rápido possível, para que possamos incentivar mais empresas no setor e aumentar a movimentação pela cabotagem e fomentar as hidrovias”.

O deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS) comemorou a mudança de estratégia em relação ao transporte. Ele criticou a antiga aposta do governo em um único modal, mas agora, com a menção de 42 mil quilômetros de possibilidades para integração, disse que o Brasil está fazendo uma escolha firme.

“Uma sinalização clara de retomada, potencializando nossos portos, gerando mais riqueza, mais renda e oportunidades na questão naval, porque gera emprego, na questão dos marítimos e dialogando com o meio ambiente, efetivamente menos poluente”.

O deputado Cleber Verde (MDB-MA) afirmou que vai mobilizar os parlamentares do Norte do país para desenvolver a secretaria. “Enquanto membro da bancada, estarei colaborando, contribuindo e chamando atenção para ajudar com recursos para melhorar as embarcações e oferecer todo o apoio possível da bancada para fortalecer a logística em nosso estado”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

REGIÃO SUDESTE - GRUPO EPR ARREMATOU LEILÃO DE CONCESSÃO DA BR-040/MG

Foi o primeiro leilão de relicitação de rodovia federal promovido pelo Governo
Por CASSIO LYRA cassio.lyra@redebene.com.br



O ministro dos Transportes, Renan Filho, faz a tradicional bada de martelo com os representantes do Grupo EPR após o encerramento do leilão de concessão da BR-040/MG

O consórcio Infraestrutura MG, liderado pelo Grupo EPR, foi o vencedor da concessão rodoviária da BR-040, rodovia federal que conecta Belo Horizonte a Juiz de Fora, em Minas Gerais. O grupo apresentou a melhor proposta de outras três empresas interessadas, no primeiro leilão de relicitação de rodovia federal promovido pelo Governo, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O evento ocorreu na Bolsa de Valores de São

Paulo, a B3.

Com uma proposta de desconto de 11,21% sobre a tarifa base de pedágio, o consórcio alcançou o maior valor de desconto oferecido. Outros participantes incluíram o Consórcio Vetor Norte, sem desconto, e a CCR, com 1% de desconto. Uma quarta empresa interessada não apresentou documentação, assim descumprindo cláusulas do edital.

Conforme já anunciado pelo Ministério dos Transportes, este foi o leilão promovido pela União mais disputado em termos de concorrentes desde 2018, além de ser o primeiro de relicitação totalmente realizado pela agência reguladora.

“É uma das (rodovias) mais representativas do país pela sua história, pelas regiões que ela corta (Distrito Federal, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e pela importância econômica que possui. Para nós todos do Ministério esse é um dia feliz e exitoso.”, declarou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

A concessão abrange um trecho de 232,1 km da BR-040/ MG ao longo de 30 anos, com investimentos esmados em cerca de R\$ 8,7 bilhões.

O projeto inclui a duplicação de 163,9 km, 42 km de faixas adicionais, 15,3 km de vias marginais, 14,2 km de ciclovias, oito passarelas, 57 pontos de ônibus, cinco postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e um ponto de parada e descanso para motoristas profissionais. Também está previsto o Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e a opção de pagamento automático por meio de TAGs para os motoristas.

Relicitação

O trecho em questão, antes sob concessão privada e devolvido ao Governo em 2017, está atualmente sob administração da concessionária via 040, responsável pela rodovia desde Juiz de Fora até Brasília desde 2014.

Embora o contrato original tenha exigido a duplicação de 714,5 km da rodovia nos primeiros cinco anos, apenas pouco mais de 70 km foram duplicados até 2020, conforme relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2017, a Via 040 alegou dificuldades financeiras, levando à aprovação pela ANTT, dois anos depois, do pedido de relicitação do trecho.

Mais leilões

Segundo o ministro Renan Filho, o governo espera a liberação de dois projetos que estão sob análise final do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo eles: mais um trecho da BR-040, que liga a capital mineira até Cristalina (GO), e a BR-381, entre Belo Horizonte a Governador Valadares.

Vale lembrar que a BR-381 chegou a ser leiloada no final do ano, o que seria o terceiro certame promovido pela União. No entanto, não houve interessados para o projeto e, desde então, a pasta promoveu mudanças no contrato inicialmente apresentado.

“Estamos com expectativa de que o TCU aprove as alterações que fizemos, sobretudo a elevação de taxa interna de retorno do projeto, o compartilhamento do risco de engenharia e geológico, além da retirada de dois lotes da saída de Belo Horizonte, que serão executados com recursos públicos. Isso amplia muito a atratividade da concessão, então acredito que vamos ter um leilão exitoso”, disse o ministro.

Segundo ele, a depender da liberação da documentação dos projetos por parte da corte de contas, o leilão da chamada Rodovia da Morte deverá acontecer em agosto ou setembro.

Renan Filho acrescentou que o Ministério enviou ao TCU um total de oito projetos, com expectativa de que sejam aprovados pela corte nos próximos dois a três meses. “Estamos vivendo um ciclo exitoso de leilões, e estamos mirando alto, querendo promover 12, 13 leilões em um único ano”.

Ainda sobre a BR-040, que será dividida por diversos trechos estaduais, o ministro comentou que a equipe técnica da pasta, junto com diretoria da Infra S.A. e da ANTT, vai estudar a melhor modelagem para o trecho da rodovia que conecta Juiz de Fora até o Rio de Janeiro. “A BR-040 tem dois leilões previstos e mais uma possibilidade de otimização ou então outro leilão. Estamos na fase final de decisão disso”, completou Renan

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

NACIONAL - GOVERNO PROJETA INVESTIR R\$ 20 BILHÕES EM PLANO DE FERROVIAS

Revelação foi feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, após leilão de rodovia

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



O investimento para o plano ferroviário, segundo o ministro Renan Filho, virá diretamente das renegociações com as empresas do segmento ferroviário que operam no Brasil (Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que o Governo Federal vai lançar em breve um plano nacional para o desenvolvimento das ferrovias. Segundo ele, o plano terá recursos de cerca de R\$ 20 bilhões. Ele deu essa declaração na quinta-feira (11), logo após a realização do leilão de

relicitação da rodovia BR-040/MG na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3.

Conforme explicou o ministro, o aporte para o plano ferroviário virá diretamente das renegociações com as empresas do segmento ferroviário que operam no Brasil, sendo elas a Vale, Rumo e MRS.

Além disso, os recursos virão também de renovações antecipadas que foram firmadas pelas empresas no governo anterior.

“Estamos falando de otimização das repactuações antecipadas. Estamos bem próximos de um acordo com a Vale. Já temos uma proposta formal e já temos acordo firmado com Rumo e MRS. O valor é proporcional ao fluxo de caixa das ferrovias”, disse.

“Falei em no mínimo R\$ 20 bi porque não sabemos quanto vão ser esses acordos. O fato é que esse dinheiro antes não existia. As renovações feitas subestimaram o valor dos ativos. Então, estamos recuperando esse dinheiro para o país”, acrescentou.

Durante a sua participação no leilão, Renan afirmou que pretende retornar à B3 para fazer uma ampla apresentação do plano nacional de ferrovias.

“Vai ser o primeiro da história do Brasil, com origem de recursos, em que teremos aproximadamente R\$ 20 bilhões para realizarmos os leilões que colocarão de pé o maior ciclo de desenvolvimento ferroviário no Brasil. Importante para que a gente possa reduzir custos e trazer novas oportunidades a todas as regiões do país”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

REGIÃO SUL - WILSON SONS ANUNCIA PARCERIA COM ROTA EXCLUSIVA DA ÁSIA AO CONE SUL

Contrato com a sul-coreana HMM pretende consolidar o Tecon Rio Grande como hub da área

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



Segundo a Wilson Sons, a embarcação Hyundai Grace deve chegar ao Tecon Rio Grande em 25 de maio, cerca de um mês depois de ter deixado o porto de Busan, na Coreia do Sul (Foto: Divulgação/Wilson Sons)

A Rota Quadrante Rondon, fundamental para conectar o Norte brasileiro aos portos do Peru, através do Acre, ficará pronta até 2026, segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento.

A rota é formada pelos estados do Acre e Rondônia e por toda a porção oeste de Mato Grosso, conectada com Bolívia e Peru. Faz parte das cinco rotas do projeto de Integração Sul Americana, que envolve todos os Estados que fazem fronteiras com outros países latinos.

A ideia é fortalecer e diminuir o tempo de exportação e importação de produtos principalmente para países da Ásia, cuja China é o maior comprador. A redução pode chegar a três semanas, segundo o ministério.

“Essas obras significam emprego, renda e produção para os acreanos. E as rotas que envolvem o Acre estarão prontas até final de 2026, com exceção da ponte em Rondônia”, afirma a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

O Acre é diretamente beneficiado pela Quadrante Rondon, que proporciona uma rota para o Pacífico através dos portos do Peru. Com nove obras relacionadas à integração previstas no Novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o estado se torna parte crucial dessa iniciativa.

Em todo o país, são cinco rotas, que cortam 11 estados brasileiros. O projeto das rotas conta com recursos orçamentários no Brasil, além de US\$ 10 bilhões disponibilizados pelo BNDES e bancos regionais de desenvolvimento. Esses fundos não só apoiam as obras no Brasil, mas também podem contribuir para projetos nos países sul-americanos, promovendo a cooperação regional.

Tebet detalhou, em visita ao estado na última terça-feira (9), as três obras no Brasil e o porto de Chancay, no Peru (inauguração prevista para novembro), que tornarão a saída acreana para o Pacífico realidade.



O contorno de Brasileia (cuja licitação deve ser lançada até o mês que vem), a conclusão de duas pontes na BR-245 (inauguração no segundo semestre) e a ponte de Guajará-Mirim, em Rondônia (já em processo de licitação) são obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As duas primeiras somam R\$ 24 milhões e a ponte representa um investimento federal de R\$ 430 milhões. “Essas obras significam emprego, renda, produção para os acreanos. E as rotas que envolvem o Acre estarão prontas até final de 2026, com exceção da ponte em Rondônia”, disse a ministra.

Manta-Manaus

Em visita a Tabanga, no Ama zonas, na última terça-feira (9), a ministra Simone Tebet disse que a rota multimodal Manta Manaus está quase pronta. “Essa rota está quase pronta. O que falta para que ela possa ser uma alternativa para escoar produtos da Zona Franca e do Amazonas, é uma alfândega na cidade fronteiriça”, contou.

Tebet apresentou o projeto das cinco rotas Sul-Americanas e destacou que, ainda que a rota 2 faça a conexão entre Manaus e o porto de Manta, no Equador, o Amazonas também se beneficia das rotas 1 (saída para o Norte) e 3, que garante o acesso ao Porto de Chancay, no Peru. “Cada rota tem suas dificuldades e deficiências, mas são factíveis”, explicou a ministra.

“Estamos falando, nas rotas, de um conjunto de obras rodoviárias, ferroviárias, portos e aeroportos, mas também de fibra óptica, para melhorar o acesso à internet, e também de alfândega”, concluiu.

Conheça as cinco rotas:

- 1) Rota da Ilha das Guianas, que inclui integralmente os estados de Amapá e Roraima e partes do território do Amazonas e do Pará, arculada com a Guiana, a Guiana Francesa, o Suriname e a Venezuela;
- 2) Rota Multimodal Manta-Manaus, contemplando inteiramente o estado Amazonas e partes dos territórios de Roraima, Pará e Amapá, interligada principalmente por via fluvial à Colômbia, Peru e Equador;
- 3) Rota Quadrante Rondon, passando pelos estados do Acre e Rondônia e por toda a porção oeste de Mato Grosso, conectada com Bolívia e Peru;
- 4) Rota de Capricórnio, desde os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, ligada, por múltiplas vias, a Paraguai, Argentina e Chile;
- 5) Rota Porto Alegre-Coquimbo, abrangendo o Rio Grande do Sul, integrada à Argentina, Uruguai e Chile.

Continua:

A Wilson Sons anunciou uma parceria com a Hyundai Merchant Marine (HMM), uma dos principais armadores do mundo, e a operadora Bengal Tiger Line (BTL), de Cingapura, que vai consolidar o Tecon Rio Grande (RS) como um hub de contêineres da área denominada Cone Sul. A solução anunciada envolve a integração de um serviço feeder, projetado para a transferência ágil de cargas entre portos menores e um terminal concentrador, com uma rota direta e otimizada entre a Ásia e a América do Sul.

Pela primeira vez na história, um porto no sul do Brasil será a primeira escala na costa leste do continente para uma rota direta da Ásia, garantindo tempos de trânsito mais rápidos para cargas tanto da região sul quanto dos mercados do Prata.

O novo serviço semanal da HMM, o Far East-India-Latin America Service (FIL), conta com 12 navios fazendo escalas regulares em Rio Grande e uma capacidade total de aproximadamente 64 mil TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés). A rota foi projetada para atender às necessidades de exportadores e importadores do sul do Brasil, além de conectar embarcadores uruguaios e argentinos aos mercados asiáticos.



Como um importante hub logístico para o Cone Sul, o terminal da Wilson Sons concentrará cargas da região e se conectará à linha feeder operada pela Bengal Tiger Line. Por meio de uma rotação estratégica que inclui Rio Grande, Buenos Aires e Montevideú, o serviço RBM da BTL promoverá uma integração eficiente e otimizará os fluxos comerciais em toda a região.

O navio feeder de Singapura, o Tiger Plata, possui uma capacidade de transporte de 1.700 TEU e também fará escalas semanais.

Segundo anunciou a Wilson Sons, a operação terá início com a partida da embarcação Hyundai Grace do porto sul-coreano de Busan, em 16 de abril, chegando em Rio Grande em 25 de maio.

“Além de resolver um gargalo logístico complexo, esse modelo garante uma confiabilidade de escala sem precedentes e uma redução significativa nos tempos de trânsito das cargas, economizando até quatro dias para mercadorias importadas”, escreveu a companhia em comunicado.

Gargalo logístico

De acordo com a empresa, o acordo é uma resposta às restrições estruturais enfrentadas pelos países do Mercosul vizinhos ao Brasil.

A profundidade reduzida dos canais que levam aos portos da Argentina e do Uruguai limita a capacidade de carregamento das embarcações de médio porte que atendem a costa leste da América do Sul, forçando-as a realizar escalas duplas ao longo da costa brasileira, em portos como Santos (SP), Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, para aliviar a quantidade de carga e permitir a navegação para os terminais em Buenos Aires, na Argentina, e Montevideú, no Uruguai. A restrição de profundidade também impede a entrada da nova geração de navios New Panamax, que não conseguem atracar nas instalações portuárias argentinas e uruguaias.

Essa realidade representa um grande desafio para a conectividade do Cone Sul com os principais mercados do mundo, tais como Ásia, Europa e Estados Unidos.

A adoção de navios feeder menores para servir os portos do Prata se apresenta como uma solução que possibilita que embarcações de grande porte se dediquem aos portos brasileiros mais profundos, como é o caso de Rio Grande. Esse arranjo operacional não apenas permite o aproveitamento integral da capacidade de carregamento dos navios, mas também traz ganhos substanciais de eficiência e economia de custos para armadores e embarcadores.

Essas vantagens incluem o emprego de navios maiores, como a classe New Panamax, maximizando a quantidade de carga transportada por viagem; a redução dos tempos de trânsito, o que pode até viabilizar a exclusão de um navio em determinadas rotas, melhorando assim a eficiência operacional; a eliminação de escalas duplas; a melhoria dos níveis de serviço com o aumento da confiabilidade das escalas; e a maior sustentabilidade dos portos envolvidos, garantindo alinhamento aos compromissos globais de neutralidade de carbono até 2050.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

PORTO DE CABEDELO - OPERAÇÃO FISCALIZA IRREGULARIDADES NA ARMAZENAGEM DE PETCOKE EM CABEDELO

Subproduto do petróleo pode contaminar o meio ambiente se for mal acondicionado ou transportado de forma inadequada

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br

A Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal, Batalhão de Polícia Ambiental, Ministério Público do Trabalho e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), deu continuidade, na manhã desta quinta-feira (11), a uma operação de fiscalização e

monitoramento no Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, em razão de irregularidades no procedimento adotado para carregamento de um navio com petcoke.



Fiscais de diversos órgãos estiveram no porto realizaram uma operação para apurar irregularidades no procedimento adotado para carregamento de um navio com petcoke. Divulgação

O petcoke é um subproduto do petróleo que, se mal acondicionado ou transportado de forma inadequada, pode contaminar o meio ambiente.

A partir da operação, foi definido que a empresa irá adotar, ainda nesta quinta-feira (11), medidas de isolamento do material com contêineres e lonas, até a chegada de um equipamento conhecido como “piscina”, ideal para o procedimento.

Na tarde da última quarta-feira (10), a Sudema havia notificado uma empresa de operação portuária para suspender a atividade. Com as adequações definidas na operação desta quinta, a empresa retomará os trabalhos, com acompanhamento da Sudema e demais órgãos de fiscalização.

Um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado em 2004 entre o Ministério Público Federal (MPF), a Sudema e a Companhia Docas da Paraíba. Este TAC visava estabelecer medidas para o manuseio e armazenamento adequados do coque de petróleo no Porto de Cabedelo e áreas próximas. Entre os pontos acordados estavam medidas para minimizar a dispersão de pó e proteger o meio ambiente. Multas e ações judiciais foram previstas em caso de descumprimento.

O petcoke, também conhecido como coque de petróleo, é um subproduto da refinação de petróleo bruto composto principalmente por carbono, enxofre e metais pesados. Tem aplicações industriais diversas, como na produção de baterias, aço e alumínio. No entanto, sua queima contribui para a emissão de dióxido de carbono (CO₂), um gás de efeito estufa, e pode liberar metais pesados no ar quando usado como combustível em usinas de carvão.

Em nota, a Companhia Docas da Paraíba disse que essa é uma ação rotineira, com o objetivo de garantir a segurança e conformidade regulatória das operações portuárias e que a inspeção “em nada afetou a continuidade das operações portuárias”.

Garantiu também que os trabalhos já foram plenamente retomados, e que os eventuais ajustes apontados durante a fiscalização foram prontamente atendidos pelo operador portuário.

Disse, ainda, que a inspeção em nada afetou a continuidade das operações portuárias, as quais já foram plenamente retomadas, e que os eventuais ajustes apontados durante a fiscalização foram prontamente atendidos pelo operador portuário credenciado à Docas da Paraíba.

“O coque de petróleo (petcoke) é uma das principais mercadorias movimentadas pelo Porto de Cabedelo e seu volume tem aumentado consistentemente graças também aos investimentos contínuos e melhorias implementadas no Porto. Reiteramos o compromisso do Porto de Cabedelo em cumprir todas as regras estabelecidas pelos diversos órgãos e entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades. Estamos empenhados em garantir a excelência operacional e a segurança em todas as nossas operações”, conclui o documento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

REGIÃO SUDESTE - SUZANO CONCLUI ENVIO RECORDE DE CELULOSE EM UM ÚNICO NAVIO

Carga de 72 mil toneladas do produto saiu do Brasil em março e chegou nesta semana à China
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br



O transporte de carga recorde foi realizado através da primeira viagem do Green Santos, nome dado ao maior navio de transporte de celulose do mundo, da Cosco Shipping Carriers (Foto: Divulgação/Suzano)

O terminal da Suzano, localizado no Porto de Santos (SP), celebrou a conclusão do maior envio de celulose transportada em um único navio. A carga de 72 mil toneladas do produto saiu do Brasil no dia 4 de março e chegou ao seu destino final no último dia 9 de abril, na

China.

O transporte de carga recorde foi realizado através da primeira viagem do Green Santos, nome dado ao maior navio de transporte de celulose do mundo, da Cosco Shipping Carriers, que possui capacidade de transportar 77 mil toneladas do produto.

“A capacidade do Green Santos não apenas otimiza a eficiência logística, mas também contribui para uma redução da pegada de carbono por tonelada transportada”, disse a Suzano, em comunicado oficial.

Os envios robustos de celulose por parte da empresa devem continuar porque este navio, que foi entregue no final de 2023, faz parte de uma frota de embarcações com porte semelhante que vão ser entregues ainda neste ano.

Segundo a Suzano, a iniciativa visa atender o aumento previsto das exportações de celulose proveniente da fábrica da Suzano em construção em Ribas do Rio Pardo, no Mato Grosso do Sul.

Conhecida como Projeto Cerrado, a unidade, que entrará em operação até junho de 2024, elevará a capacidade total da Suzano para 13,5 milhões de toneladas anuais, representando um aumento representativo de 20%, e terá sua produção escoada a partir da cidade do litoral paulista, onde foi realizado o primeiro embarque do Green Santos.

A celulose se apresenta como a base dos negócios da Suzano, uma das principais empresas exportadoras do produto no país. No ano passado, a celulose representou 77% da receita líquida da empresa, com 93% das vendas totais feitas para o exterior.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/04/2024

PORTOS - PORTO DE SANTOS E PORTOS DO PARANÁ ASSINAM PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Documento foi assinado pelos presidentes das Autoridades Portuárias e pelo secretário de Portos, Alex Ávila

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br

As Autoridades Portuárias dos dois maiores portos do Brasil, de Santos e de Paranaguá, assinaram na quinta-feira (11) uma carta de intenções com o objetivo de desenvolver acordos de cooperação técnica mútua. O acordo foi firmado durante visita da comitiva do Porto de Santos à Portos do

Paraná, com presença do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, que também assinou o documento.



Protocolo foi assinado durante uma visita da comitiva de Santos aos portos paranaenses (Foto: Cláudio Neves/Portos do Paraná)

A carta de intenções tem como objetivo aprimorar a competitividade dos portos, além da troca de experiências nas operações portuárias.

“É uma carta de intenção entre os dois portos para que possamos trabalhar para aprimorar a nossa classificação, dando a garantia ao exportador que aqui é um porto seguro. Um exemplo são as práticas de classificação do pátio de triagem, que serão trabalhadas de uma forma conjunta para encontrar as melhores soluções”, comentou Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente da Portos do Paraná.

Para o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, a proposta é fazer justamente com que as equipes técnicas troquem as suas experiências.

“A ideia é copiarmos e aprendermos, em conjunto com o Porto de Paranaguá, aquilo que Paranaguá já enfrentou, principalmente sobre modelagem jurídica, realização de leilões, impugnações – tudo pensando na maior eficiência para que entregarmos os resultados esperados”, disse.

“Nós, como Secretaria de Portos e sendo os gestores do sistema portuário nacional, vemos essa iniciativa como uma excelente ação conjunta e temos certeza que esse tipo de agenda só tem a proporcionar excelentes resultados”, destacou o secretário Ávila.

Visita técnica

O presidente do Porto de Santos declarou que a visita da comitiva santista se deu por conta da excelência dos portos paranaenses.

“Os números falam por si, além das premiações e o reconhecimento da excelência da gestão atual da Portos do Paraná. O Porto de Santos, movimenta 174 milhões de toneladas, 30% da corrente comercial passa por ali, mas a nossa ideia é copiarmos a boa gestão de Paranaguá para implementarmos no Porto de Santos. Se nós tivermos eficiência com esse potencial que se apresenta, pode ter certeza que esses números serão outros daqui há alguns anos”, disse.

Na quarta-feira (10), uma parte da comitiva já estava em Paranaguá e teve acesso aos resultados de operação e engenharia paranaense, além da infraestrutura da Portos do Paraná durante uma visita ao cais do Porto de Paranaguá. Já na quinta-feira (11), o grupo participou de uma visita marítima, um sobrevoo de helicóptero na área portuária e acompanhou apresentações sobre gestão de contratos e convênio de delegação.

Além do diretor-presidente, também receberam os visitantes o diretor de Engenharia e Manutenção, Victor Kengo; o diretor jurídico, Marcus Freitas; o diretor de Meio Ambiente, João Paulo Santana; o diretor de Operações, Gabriel Vieira; gerentes e coordenadores de diversos setores da Portos do Paraná.

Além do presidente da autoridade portuária santista, fizeram parte da comitiva do Porto de Santos o diretor de Operações, Beto Mendes, o gerente de Relações Institucionais, Guilherme Fernandes de Souza, o assessor do diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, Luiz Henrique Garcia, e o gerente de Planejamento Estratégico, Rodrigo Tommasi Marinho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2024

NACIONAL - SETOR PORTUÁRIO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NO PRIMEIRO BIMESTRE

Carga transportada cresceu 10% no primeiro bimestre em relação ao ano passado; movimentação de contêineres subiu 22,8% no período

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Crescimento foi puxado principalmente por cargas containerizadas, com destaques também para os crescimentos de grãos sólidos e líquidos. Foto: Rafael Medeiros

Responsável por 95% do comércio do Brasil com o exterior, os portos registraram um crescimento no primeiro bimestre do ano que sinaliza um aumento da atividade econômica do país. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o volume de carga nos dois primeiros meses do ano chegou a 197,8 milhões de toneladas, um número 10% maior que o registrado no mesmo período de 2023.

“É algo para o país comemorar porque o movimento nos portos é o reflexo da economia brasileira”, avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. “Este aumento significa e confirma o crescimento econômico, a geração de emprego e renda. E sinaliza que o caminho que estamos tomando, de modernizar e expandir os portos brasileiros, está no rumo certo”.

Esse crescimento foi puxado principalmente por cargas containerizadas, com destaques também para os crescimentos de grãos sólidos e líquidos. A movimentação de contêineres cresceu 22,8% no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Em fevereiro, o crescimento do número de contêineres chegou a 29,19% em relação ao mesmo mês de 2023. Foram movimentados 99,83 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 89,58 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (+17,85%), o petróleo e derivados (+16,23%) e a soja (+19,70%).

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação atingiu 11,2 milhões de toneladas, um aumento de 29,19% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1 milhão TEUs, com crescimento de 24,5% em fevereiro de 2024. Desse total, 7,7 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 3,4 milhões por cabotagem.

Com base no histórico da movimentação de contêineres dos últimos quatro anos, sinaliza-se uma retomada da atividade. Após dois anos de queda e estagnação, a movimentação de contêineres



retoma e supera a performance observada em 2021, ano de pandemia em que o transporte de mercadorias via contêiner foi significativo.

Nestes meses de janeiro e fevereiro de 2024 acumulados, observa-se um crescimento de 18% na cabotagem de contêiner, comparado a 2023. E não se trata de um efeito pontual. Essa movimentação mais acentuada é apresentada em diversos portos do país. Dos produtos que tiveram maior movimentação, destacam-se algodão, açúcar, café, bem como compostos químicos.

Os graneis sólidos, que representam 58,1% do total de tudo que é movimentado pelos portos, apresentaram crescimento de 11,48% frente a fevereiro de 2023. Foram 58 milhões de toneladas registradas em fevereiro deste ano, com destaque para os dois principais graneis, minério de ferro e soja.

Graneis líquidos também apresentaram alta, que atingiu 7,47% em comparação com o mesmo mês de 2023. Por sua vez, as cargas gerais apresentaram um recuo de 1,53% durante o mês frente a fevereiro do ano passado.

Navegação

A movimentação de cargas de longo curso foi de 69,1 milhões de toneladas no segundo mês de 2024, apresentando crescimento de 13,59% em comparação com o mesmo período do ano passado, principalmente pelas exportações, que cresceram 15,11%, enquanto as importações cresceram 6,87%.

A cabotagem, após leve queda em janeiro, apresentou uma alta de 11,08% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 23,87 milhões de toneladas. Já a cabotagem de contêineres cresceu 31,73% em comparação com fevereiro de 2023, em um indício de que o setor pode voltar a apresentar crescimento de dois dígitos no ano de 2024.

A navegação interior, no entanto, decresceu 5,27% em fevereiro, atingindo uma movimentação de 6,68 milhões de toneladas. Do mesmo modo, houve recuo nas operações de carga feitas em apoio portuário (-9,42%) e marítimo (-3,53%).

TUPs e portos públicos

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 66,14 milhões de toneladas em fevereiro de 2024. O número representa um aumento de 10,89% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Já o destaque percentual entre os cinco TUPs que mais movimentaram no mês fica para o terminal Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), que registrou crescimento de 14,28%, com 10,65 milhões de toneladas movimentadas.

Os portos públicos movimentaram 33,69 milhões de toneladas no segundo mês de 2024. O número representa aumento de 12,55% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O porto de maior movimentação no mês foi o de Santos, com 11,11 milhões de toneladas, registrando um aumento de 32,42% frente ao mesmo período de 2023. O porto foi responsável por 33% de toda a movimentação portuária pública do mês.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/04/2024

REGIÃO SUL - APÓS AUTORIZAÇÃO DA ANTAQ, PORTO DE ARROIO DO SAL AGUARDA LICENÇAS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Após a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizar, no último dia 9, a construção do Porto de Arroio do Sal, no litoral Norte Gaúcho, a DTA Engenharia, empresa responsável pela obra, vai se concentrar no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) junto ao Ibama.



Há 6 memorandos de entendimentos assinados com empresas que representam 30% das cargas do Porto de Arroio do Sal, segundo a DTA. Divulgação

Os estudos estão sendo conduzidos há mais de um ano, sendo necessário cumprir o rito ordinário, que inclui audiências públicas e as emissões das licenças Prévia e de Instalação (LP e LI). Finalizadas estas etapas, o próximo passo é o início da construção do complexo para posterior entrada em operação. A previsão é de que o empreendimento seja entregue em 2026, quando começará a receber os primeiros navios.

“A liberação pela Antaq é um passo muito importante pois reconhece a necessidade desse porto, sua localização, e que está em consonância com a política de desenvolvimento logístico do Governo Federal”, destacou o presidente da DTA, João Acácio Gomes de Oliveira Neto.

Quando se trata do cronograma de obras, ele destaca que já foram realizadas dezenas de levantamentos nos meios físico, biótico e sócio ambiental, além do projeto básico de engenharia e estudos específicos para a elaboração do EIA/Rima, em atendimento ao Termo de Referência (TR) do Ibama.

Em meio ao cumprimento das fases que antecedem o início das obras, a DTA também segue com a negociação de contratos com empresas interessadas no projeto. Já são 6 memorandos de entendimentos assinados com empresas que representam 30% das cargas do Porto de Arroio do Sal, segundo a companhia.

A construção do porto em Arroio do Sal conta com um investimento total de R\$ 6 bilhões e o ativo terá capacidade para movimentar 53 milhões de toneladas por ano, praticamente o dobro do Porto de Rio Grande.

O projeto contempla dez berços para atracação de grandes navios, sendo oito para contêineres, graneis sólidos, líquidos e gás e dois para transatlânticos. Dessa forma, além do escoamento de produtos e da movimentação de cargas no porto, ele servirá como impulsionador do mercado turístico no estado do Rio Grande do Sul após a sua finalização nos próximos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 12/04/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

BALANÇA COMERCIAL DO AGRO DE SP REGISTRA ALTA DE 23,4% NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Informações: Governo do Estado de São Paulo (12 de abril de 2024)



Os números mostram que o saldo da balança do setor agropecuário atingiu a marca de US\$ 5,44 bilhões

O agronegócio de São Paulo teve um grande desempenho no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano passado. Os números da balança comercial de São Paulo mostram que o saldo da balança do setor agropecuário cresceu 23,4%, atingindo a marca de US\$ 5,44 bilhões.

De acordo com os pesquisadores Carlos Nabil Ghobril, José Alberto Ângelo e Marli Dias Mascarenhas Oliveira, do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, as exportações do agro paulista somaram US\$ 6,81 bilhões (+17,8%).

“São Paulo lidera as exportações no agronegócio neste primeiro trimestre, ficando à frente do Mato Grosso, sendo o principal estado exportador do país. Temos uma gama de produtos agropecuários no estado de extrema importância para o abastecimento do mercado internacional, que é exigente. Temos essa conquista por causa do trabalho sério dos agricultores paulistas”, comenta Guilherme Piai, secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

O agronegócio paulista participou com 43,1% das exportações totais e 7,8% das importações durante o mesmo período.

A participação do agronegócio paulista foi determinante para impactar no resultado geral da Balança Comercial do Estado, que ao englobar todos os setores registrou redução no déficit em 26,7% (US\$ 1,70 bilhão).

Exportações do agronegócio paulista por grupos de produtos

No primeiro trimestre de 2024, os cinco principais grupos nas exportações do agronegócio paulista foram: complexo sucroalcooleiro, com participação de US\$ 2,76 bilhões das exportações paulistas – destaque para o açúcar, representando 94,1% do total exportado. Em seguida está o setor de carnes, com participação de US\$ 710,99 milhões nas exportações paulistas – destaque para carne bovina como principal produto, respondendo por 84% das exportações do grupo. Produtos florestais, com participação de US\$ 707,73 milhões nas exportações paulistas – destaque para a celulose e papel como principais produtos, totalizando 52,8 % e 40,6% das exportações, respectivamente. Grupo de sucos, com participação de US\$ 611,92 milhões nas exportações paulistas – com destaque para o suco de laranja, o principal item exportado, com 97,7% do total. E por fim, complexo soja, com participação de US\$ 522,51 milhões nas exportações paulistas – com destaque para grãos com 86,1% do total. Esses cinco agregados representaram 78,1% das vendas externas setoriais paulistas

Já o grupo do café, tradicional cultura do estado de São Paulo aparece em sexto lugar com vendas de US\$ 278,49 milhões, sendo 74,0% referentes ao café verde e 23,4% de café solúvel.

Vale destacar que houve importantes variações nos valores exportados dos principais grupos de produtos da pauta paulista em comparação com primeiro trimestre do ano anterior, com aumentos para os grupos complexo sucroalcooleiro (+65,2%), dos sucos (+14,2%), do café (+13,9%) e florestais (+8,4%), e queda nos grupos complexo soja (-41,0%) e de carnes (-3,0%). Essas variações nas receitas do comércio exterior são derivadas da composição das oscilações tanto de preços como de volumes exportados.

Principais destinos de exportações do agronegócio

A China lidera, sendo responsável por US\$ 1,32 bilhão e representando 19,4% do total exportado pelo agronegócio paulista. No entanto, registrou uma queda de 7,0% em comparação com o mesmo período de 2023, devido à diminuição das compras de soja pelos chineses. Em segundo lugar, temos a União Europeia, com US\$ 762,26 milhões, correspondendo a 11,2% do total exportado e uma queda de 14,7% no período analisado. Os Estados Unidos vêm em terceiro lugar, com US\$ 750,49 milhões, representando 11,0% das exportações e registrando um aumento de 18,7%.

Participação do agronegócio paulista no Brasil



No agronegócio, as exportações de São Paulo representaram 18,2% do total nacional, um aumento de 2,1 pontos percentuais em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto as importações diminuíram em 1,1 ponto percentual, alcançando 29,5%.

Quando se trata dos principais estados exportadores, São Paulo lidera com 18,2% de participação, seguido por Mato Grosso (18,1%), Paraná (11,6%), Minas Gerais (9,2%) e Rio Grande do Sul (7,7%). Juntos, esses cinco estados respondem por 64,8% das exportações totais do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre de 2024.

A participação dos diferentes segmentos do agronegócio paulista na economia nacional durante os primeiros três meses de 2024 se destacou em certos grupos de produtos, nos quais a participação de São Paulo ultrapassa os 50% do total nacional. Estes grupos incluem sucos (85,3%), produtos alimentícios diversos (73,2%), outros produtos vegetais (64,6%) e o complexo sucroalcooleiro (53,9%).

Balança comercial no Brasil

Na análise setorial realizada no primeiro trimestre de 2024, as exportações do agronegócio brasileiro experimentaram aumento de 4,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo US\$ 37,44 bilhões, o que representa 47,8% do total nacional. Por outro lado, as importações cresceram 3,8% durante esse período, totalizando US\$ 4,64 bilhões, correspondendo a 7,8% do total nacional.

O saldo da balança comercial dos agronegócios, até março de 2024, alcançou um superávit de US\$ 32,80 bilhões, marcando um incremento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2023.

Portanto, é relevante salientar que o desempenho positivo do agronegócio foi crucial para evitar um déficit no comércio exterior brasileiro, considerando que os outros setores totalizaram exportações de US\$ 40,83 bilhões e importações de US\$ 54,55 bilhões, resultando em um déficit de US\$ 13,72 bilhões no primeiro trimestre de 2024.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2024*

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO BATEM RECORDE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 E ATINGEM US\$ 37,44 BILHÕES

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (12 de abril de 2024)

Em comparação ao mesmo período de 2023, o aumento foi de quase 4,4%

e janeiro a março de 2024, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 37,44 bilhões, recorde para o período, representando um crescimento de 4,4% em relação aos US\$ 35,85 bilhões exportados entre janeiro e março de 2023.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (SCRI/Mapa), esse aumento em valor reflete a expansão na quantidade embarcada, uma vez que o índice de quantum aumentou 14,6%, compensando a queda no índice de preços, que foi de 8,8%.

O agronegócio representou 47,8% das vendas externas totais do Brasil no período, um pouco acima dos 47,3% observados no primeiro trimestre de 2023.

Nestes três meses, a balança foi puxada, principalmente, pelo aumento nas vendas externas de açúcar (+US\$ 2,52 bilhões), algodão (+US\$ 997,41 milhões) e café verde (+US\$ 563,64 milhões), principais responsáveis pelo incremento das exportações brasileiras. O bom resultado nas vendas desses produtos compensou a queda nas exportações de milho (-US\$ 1,2 bilhão); soja em grãos (-US\$ 901,30 milhões) e óleo de soja (-US\$ 543,45 milhões).

Março de 2024



Para o mês de março, as exportações atingiram US\$ 14,21 bilhões. A cifra foi 10,8% menor em comparação com os US\$ 15,93 bilhões de março de 2023. O resultado é explicado pela queda internacional dos preços dos alimentos. O índice de preços dos produtos do agronegócio exportados pelo Brasil caiu 11,9% em março em comparação com o mesmo mês de 2023, apesar da quantidade exportada ter aumentado em 1,3%.

Os cinco principais setores exportadores em março foram: complexo soja (44,3% de participação nas exportações do agronegócio brasileiro); carnes (12,8% de participação); complexo sucroalcooleiro (11,3% de participação); produtos florestais (9,4% de participação); e café (5,7% de participação). Os cinco setores foram responsáveis por 83,4% do valor total exportado pelo Brasil do mês.

Já entre os países importadores de produtos do agronegócio brasileiro, a China continua com o primeiro lugar no pódio, com participação nas exportações brasileiras do agronegócio de 35,9% ou o equivalente a US\$ 5,10 bilhões (-23,0%).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2024

SETOR PORTUÁRIO REGISTRA CRESCIMENTO DE 10% NO PRIMEIRO BIMESTRE

Informações: Ministério dos Portos e Aeroportos (12 de abril de 2024)

Carga transportada cresceu 10% no primeiro bimestre em relação ao ano passado; movimentação de contêineres subiu 22,8% no período

Responsável por 95% do comércio do Brasil com o exterior, os portos registraram um crescimento no primeiro bimestre do ano que sinaliza um aumento da atividade econômica do país. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), autarquia vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, o volume de carga nos dois primeiros meses do ano chegou a 197,8 milhões de toneladas, um número 10% maior que o registrado no mesmo período de 2023.

“É algo para o país comemorar porque o movimento nos portos é o reflexo da economia brasileira”, avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. “Este aumento significa e confirma o crescimento econômico, a geração de emprego e renda. E sinaliza que o caminho que estamos tomando, de modernizar e expandir os portos brasileiros, está no rumo certo”.

Esse crescimento foi puxado principalmente por cargas containerizadas, com destaques também para os crescimentos de grãos sólidos e líquidos. A movimentação de contêineres cresceu 22,8% no bimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Em fevereiro, o crescimento do número de contêineres chegou a 29,19% em relação ao mesmo mês de 2023. Foram movimentados 99,83 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 89,58 milhões de toneladas. Entre os destaques estão o minério de ferro (+17,85%), o petróleo e derivados (+16,23%) e a soja (+19,70%).

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação atingiu 11,2 milhões de toneladas, um aumento de 29,19% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1 milhão TEUs, com crescimento de 24,5% em fevereiro de 2024. Desse total, 7,7 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 3,4 milhões por cabotagem.

Com base no histórico da movimentação de contêineres dos últimos quatro anos, sinaliza-se uma retomada da atividade. Após dois anos de queda e estagnação, a movimentação de contêineres retoma e supera a performance observada em 2021, ano de pandemia em que o transporte de mercadorias via contêiner foi significativo.

Nestes meses de janeiro e fevereiro de 2024 acumulados, observa-se um crescimento de 18% na cabotagem de contêiner, comparado a 2023. E não se trata de um efeito pontual. Essa movimentação mais acentuada é apresentada em diversos portos do país. Dos produtos que tiveram maior movimentação, destacam-se algodão, açúcar, café, bem como compostos químicos.



Mais dados de movimentação

Os graneis sólidos, que representam 58,1% do total de tudo que é movimentado pelos portos, apresentaram crescimento de 11,48% frente a fevereiro de 2023. Foram 58 milhões de toneladas registradas em fevereiro deste ano, com destaque para os dois principais graneis, minério de ferro e soja.

Graneis líquidos também apresentaram alta, que atingiu 7,47% em comparação com o mesmo mês de 2023. Por sua vez, as cargas gerais apresentaram um recuo de 1,53% durante o mês frente a fevereiro do ano passado.

Navegação

A movimentação de cargas de longo curso foi de 69,1 milhões de toneladas no segundo mês de 2024, apresentando crescimento de 13,59% em comparação com o mesmo período do ano passado, principalmente pelas exportações, que cresceram 15,11%, enquanto as importações cresceram 6,87%.

A cabotagem, após leve queda em janeiro, apresentou uma alta de 11,08% em comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo uma movimentação de 23,87 milhões de toneladas. Já a cabotagem de contêineres cresceu 31,73% em comparação com fevereiro de 2023, em um indício de que o setor pode voltar a apresentar crescimento de dois dígitos no ano de 2024.

A navegação interior, no entanto, decresceu 5,27% em fevereiro, atingindo uma movimentação de 6,68 milhões de toneladas. Do mesmo modo, houve recuo nas operações de carga feitas em apoio portuário (-9,42%) e marítimo (-3,53%).

Terminais Privados

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 66,14 milhões de toneladas em fevereiro de 2024. O número representa um aumento de 10,89% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Já o destaque percentual entre os cinco TUPs que mais movimentaram no mês fica para o terminal Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), que registrou crescimento de 14,28%, com 10,65 milhões de toneladas movimentadas.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 33,69 milhões de toneladas no segundo mês de 2024. O número representa aumento de 12,55% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O porto de maior movimentação no mês foi o de Santos, com 11,11 milhões de toneladas, registrando um aumento de 32,42% frente ao mesmo período de 2023. O porto foi responsável por 33% de toda a movimentação portuária pública do mês.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/04/2024

GOVERNO DE SP QUER GERAR 24 MIL EMPREGOS COM LEILÃO DE RODOVIAS NO LITORAL

Informações: VEJA (12 de abril de 2024)



Imagem de Freepik

Concorrência na próxima terça-feira prevê concessão de três estradas por 30 anos

O governo de São Paulo prevê que as obras nas rodovias do Lote Litoral Paulista, que será leilado na próxima terça-feira, vão gerar mais de 24.000 empregos diretos, indiretos ou induzidos.

Na sede da B3, o leilão terá como vencedor a empresa que oferecer a oferta com a menor contraprestação paga pelo governo estadual. A contrapartida máxima é de 199 milhões de reais.

A concessão de 213 quilômetros de estrada, que liga o Alto Tietê à Baixada Santista e ao Vale do Ribeira, terá prazo de 30 anos e investimentos de 4,3 bilhões de reais nas rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manuel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga).

A previsão é de mais de 90 quilômetros de duplicações, dez quilômetros de faixas de ultrapassagem, e 47 quilômetros de acostamentos, além da implantação de 73 quilômetros de ciclovias e 27 passarelas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/04/2024

PLANO DE FERROVIAS TERÁ R\$ 20 BI COM RECURSOS DE RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS, DIZ MINISTRO

Informações: CNN Brasil (12 de abril de 2024)



Dinheiro seria usado como aporte em PPPs; plano deve ser lançado neste semestre

Imagem de ilovehz no Freepik

O Plano Nacional de Ferrovias do governo Lula deve somar mais de R\$ 20 bilhões, com recursos que terão origem em repactuações contratuais de renovações antecipadas de concessões. A informação foi confirmada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, a jornalistas na sede da B3, em São Paulo, nesta quinta-feira (11).

Este dinheiro seria utilizado como aporte do governo em parcerias público-privadas (PPPs). Assim, leilões seriam realizados em formato no qual a empresa que oferecer o maior desconto ao gasto público leva o ativo.

A maior parte dos recursos deve vir de repactuação de contratos com a Vale. O ministério cobra a empresa por valor abatido nas renovações antecipadas de ferrovias em Carajás (R\$ 21,1 bilhões) e em Vitória-Minas (R\$ 4,6 bilhões).

De acordo com Renan Filho, a mineradora já apresentou uma proposta ao governo, e o acordo poder ser fechado em breve.

Recentemente, o governo firmou acordo com a Rumo para repactuação da renovação da concessão da Malha Paulista, com previsão de pagamento de R\$ 1,5 bilhão — valor que será utilizado no Plano de Ferrovias.

A gestão federal também cobra R\$ 3,7 bilhões da companhia MRS Logística, que opera ferrovias em Minas Gerais. A pasta admite ouvir as concessionárias e negociar os valores cobrados.

As renovações antecipadas de concessão foram fechadas durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e na visão do governo Lula fizeram descontos equivocados no valor de outorga.

Outra frente é a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), pela VLI. O ministro indicou que o governo deve publicar uma portaria em breve com novas regras para renovações antecipadas.

A partir disso, a VLI poderá negociar sua renovação — ou o ativo seria leiloado a outra companhia. Caso a antecipação gere outorga, os cofres públicos serão abastecidos, indicou Renan Filho.

Questionado por jornalistas, o ministro preferiu não cravar a data do lançamento do plano. Indicou, porém, que deve acontecer ainda neste semestre e pediu que a B3 receba o evento.

Sobre os projetos a serem contemplados, também não adiantou detalhes, mas indicou que é interesse dos Transportes que a Ferrogrão — cujo projeto liga o Mato Grosso ao Pará — seja incluída.

Também fazem parte dos interesses do ministério a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), com elevado potencial para escoar a produção do agro para o litoral.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2024

LEI QUE INSTITUI CORDÃO DE GIRASSOL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA É SANCIONADA EM SP

Informações: Governo do Estado de São Paulo (12 de abril de 2024)



Uso do cordão permite a rápida identificação de indivíduos com deficiências que não apresentam sinais físicos evidentes ao público
Foto: Governo de SP

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei estadual 17.897/2024, que institui o cordão de girassol como facilitador da identificação de pessoas com deficiências não visíveis, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O uso do acessório é opcional, e o exercício dos direitos dessas pessoas não está condicionado à apresentação do cordão.

A norma também exige que serviços públicos e privados treinem profissionais para reconhecer e prestar o atendimento adequado às pessoas com o cordão.

Deficiências não visíveis são aquelas que podem não ser percebidas de imediato, como deficiências auditivas, visuais e intelectuais. Quando a pessoa com deficiência não é reconhecida rapidamente em locais de acesso público, ela e seus familiares ficam suscetíveis a situações de constrangimento ao reivindicar acesso prioritário em filas ou vagas em estacionamentos.

“Indivíduos que possuem deficiências não aparentes muitas vezes veem sua situação desacreditada, já que não são perceptíveis de imediato. Essa falta de reconhecimento pode levar à minimização ou mesmo à dúvida sobre a existência da deficiência, criando obstáculos e constrangimentos para acesso a serviços e direitos”, explica o secretário estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

A norma estadual complementa a lei federal 14.624/2023, que igualmente promove o cordão de girassol como símbolo já estabelecido internacionalmente para facilitar o reconhecimento de pessoas com deficiências não visíveis.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 12/04/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS TERMINA CAMPANHA NA MARGEM EQUATORIAL E AGUARDA NOVAS LICENÇAS

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política

Informações: EPBR



A Petrobras encerrou sua campanha de perfuração na Bacia Potiguar e, com isso, não tem mais licenças de perfuração em nenhuma das cinco bacias da Margem Equatorial, que é considerada a principal fronteira exploratória do país.

A estatal anunciou na terça-feira (9/4) ter encontrado uma acumulação de petróleo no poço poço Anhangá, na concessão POT-M-762_R15. Fica a 24km de Pitu Oeste, primeiro poço perfurado na Bacia Potiguar, onde também confirmou a presença de hidrocarbonetos.

A petroleira informou que, nos dois casos, ainda são necessárias avaliações complementares para verificar a viabilidade comercial.

Salvo na Bacia Potiguar, um projeto antigo e com características próprias, há mais de dez anos não são perfurados poços nas cinco bacias sedimentares da Margem Equatorial: Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar.

Sem essas descobertas, o Brasil deve se tornar importador de petróleo na próxima década, afirmou o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Joelson Mendes, em entrevista ao estúdio epbr, em março.

“Peguem os números e façam as contas. Qual é a decisão que o Brasil quer ter? O Brasil quer ser importador de petróleo daqui a 15 anos? Quer ser muito importador de petróleo daqui a 25 anos? Ou quer pelo menos equilibrar o jogo? A gente realmente precisa de novas descobertas”, afirmou Joelson Mendes.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, tem feito gestões junto à ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, mas ainda há resistência na área ambiental do governo, segundo a coluna Painel S.A.

Tanto Petrobras quanto governos estaduais, no entanto, estão otimistas que a exploração de petróleo e gás na região será liberada este ano pelo Ibama. Começando com a Foz do Amazonas, a mais polêmica, seguida pelas adjacentes.



Petróleo cai. Pelo segundo dia, os preços dos contratos futuros de petróleo fecharam em queda nesta terça-feira (9/4), com sinais de arrefecimento das tensões entre Irã e Israel e realização de lucros após uma semana de altas.

– O barril de petróleo WTI para maio caiu 1,39%, para US\$ 85,23, na New York Mercantile Exchange (Nymex). O Brent para junho fechou em queda de 1,06%, a US\$ 89,42 o barril, na Intercontinental Exchange.

O que o governo pode fazer com os dividendos da Petrobras. Um eventual pagamento dos ganhos extraordinários da estatal que estão retidos ajudaria o governo a atingir a meta de zerar o déficit prevista na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o ano de 2024, apontam especialistas.

Silveira paz e amor. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse à Folha que a possibilidade de Jean Paul Prates deixar o comando da Petrobras é especulação, e pediu que a estatal “tenha paz para crescer”. “Tenho o mais profundo respeito e admiração pelo trabalho que desenvolveu como parlamentar o Jean Paul [Prates], profundo carinho e respeito pelo ser humano que ele é”, disse.

– A permanência de Prates no cargo ganhou força após as reuniões do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com Lula, apurou o blog da Julia Duailibi.

MP da redução das tarifas é alterada. A medida provisória de redução das tarifas e das energias renováveis foi alterada de última hora para atender o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Ele pediu para que os fundos regionais de preservação dos reservatórios de Furnas e do São Francisco não fossem usados para baratear as tarifas.

– O uso do fundo regional do Norte, no entanto, foi mantido para baixar o reajuste da eletricidade no Amapá, de 44% para 9%.

– A legislação foi assinada nesta terça-feira (veja a transmissão) e prevê uma redução média de 3,5% nas tarifas de energia elétrica no Brasil, além de estender o desconto das tarifas de uso da rede para usinas eólicas e solares, com capacidade estimada de 34 GW.

Diálogos da Transição. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) emitiu nesta terça (9/4) uma decisão favorável à ação de um grupo de mulheres idosas contra o governo suíço. Elas se sentem diretamente prejudicadas pelos impactos das mudanças climáticas e alegam que os esforços do país para reduzir emissões são insuficientes.

Mover tem 23 empresas cadastradas. O governo federal publicou nesta terça (9/4) a habilitação das empresas do setor automotivo no programa de mobilidade verde, que vai distribuir R\$ 19,5 bilhões em incentivos à eficiência e descarbonização de veículos. Outros 18 pedidos permanecem em análise.

Opinião: Pop mesmo é a indústria... Brasil subestima papel da indústria na economia enquanto países priorizam sua reindustrialização para impulsionar transição energética, escreve Fernando Teixeira.

Voltalia assina pré-contrato para produzir hidrogênio no Ceará. Este é o sexto pré-contrato assinado pelo governo cearense, que tem acordos anteriores com AES, Casa dos Ventos, Cactus Energia, Fortescue e uma empresa que pediu sigilo.

Ciplan troca fósseis por biomassa. A produtora de cimentos anunciou um acordo de cooperação com a Embrapa para reduzir as suas emissões de CO2 a partir do uso de biomassa como combustível na produção de cimento.

EGP defende isenção para turbinas eólicas. Para o head da Enel Green Power no Brasil, Bruno Riga, é importante que o governo brasileiro reveja a decisão de suspender a isenção fiscal para importação de aerogeradores e módulos fotovoltaicos, para viabilizar novos projetos do setor.

Brasil tem a sexta maior capacidade de geração solar. O Brasil subiu duas posições e se tornou o sexto país com maior capacidade instalada de geração solar fotovoltaica em 2023, segundo dados da Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena).

Aneel mantém multa da Enel. A diretoria da agência reguladora negou recurso da distribuidora de energia e manteve a punição de R\$ 165,8 milhões aplicada à Enel São Paulo por conta da demora em restabelecer o serviço após o apagão de novembro do ano passado.

MME define datas de leilões de transmissão. Estão previstos mais quatro leilões, que serão feitos nos meses de março e setembro de 2025 e de 2026. O próximo está agendado para 27 de setembro, com oferta de 848 km de novas linhas de transmissão, que devem receber investimentos de R\$4,1 bilhões, abrangendo os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 12/04/2024*



JORNAL O GLOBO – RJ

SILVEIRA DIZ QUE 'NINGUÉM É INSUBSTITUÍVEL' E QUE NÃO HAVERÁ PARALISIA NO CONSELHO DA PETROBRAS

Presidente do colegiado, que é apadrinhado do ministro, foi afastado por decisão judicial
Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



*Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia do Brasil —
Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a decisão da Justiça Federal de São Paulo, que determinou o afastamento do presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Pietro Mendes, das atividades do colegiado, se cumpre, mas que também é possível recorrer contra ela. Ele lembrou ainda que “ninguém é insubstituível” e afirmou que o colegiado não ficará paralisado.

Na quinta-feira, conforme antecipou a colunista Malu Gaspar, a Justiça de São Paulo, atendeu a uma ação popular movida pelo deputado estadual Leo Siqueira (Novo-SP). Segundo a decisão, há conflito de interesse, uma vez que Pietro Mendes também é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME).

— Decisão judicial naturalmente se cumpre e se recorre, já que uma decisão de primeira instância. Foi tomada a mesma decisão no ano passado contra outro conselheiro. E essa decisão foi revista. E agora esse processo é conduzido pela Advocacia-Geral da União — disse Silveira.

Ele acrescentou:

— Eu vejo com uma naturalidade de quem acredita na democracia. Tenho absoluta convicção de que ninguém é insubstituível, mas que é imprescindível a contribuição do profissional Pietro não só para a Petrobras, mas também por todo o setor de petróleo, gás e biocombustível.



Sobre ter eventualmente um plano B para a saída de Pietro Mendes do conselho por conta da assembleia de acionistas da estatal no dia 25 de abril, o ministro disse estar confiante. e que "não se cogitou a possibilidade de substituir nenhum conselheiro".

Outro conselheiro afastado nesta semana

Além de Pietro, outro membro do conselho da Petrobras, Sérgio Machado Rezende, também foi afastado nesta semana por decisão judicial. Em comunicado divulgado na noite de quinta-feira, a estatal afirma que vai recorrer das decisões e informa que há outros processos semelhantes correndo na Justiça.

Ainda assim, Silveira disse que não teme uma paralisa do Conselho.

— Nós não deixaremos haver paralisa do Conselho. Me parece que há um clamor muito grande por se criar instabilidade. É preciso ser cuidadoso para tratar de temas tão sensíveis de interesse nacional.

O conselho de administração de uma empresa é um órgão que toma decisões estratégicas, como aprovação de investimentos, mas ele não interfere no dia a dia operacional da companhia.

Em relação ao presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, Silveira, perguntado se o tema já estava superado, disse que todos os cargos são de prerrogativa do presidente Lula.

Respeito a governança

— Absolutamente todos os cargos de confiança do presidente da República sempre são precários, inclusive o meu. O presidente tem a qualquer momento a prerrogativa de escolher aqueles que ele tem plena, total e absoluta confiança por critérios políticos e por critérios técnicos para poder compor sua equipe — disse.

O ministro destacou ainda que a Petrobras é uma empresa de capital misto e com ritos de governança. E afirmou que há "muito mais barulho do que a realidade":

— O presidente Lula, como alguém extremamente experiente, sabe que a Petrobras tem uma governança própria, e nós respeitamos essa governança, tem uma natureza jurídica própria que nós respeitamos essa natureza.

Silveira ressaltou:

— E respeitamos tanto que a Petrobras ganhou 35% de valor em um ano. Isso demonstra que muito do que se ouve ou se fala, é muito mais barulho do que a realidade. Agora, quando me perguntam sobre a possibilidade de mudanças em qualquer cargo de confiança do presidente, naturalmente eu não posso ter outra resposta a não ser que todos os cargos são instáveis.

Silveira disse ainda ser um erro personificar as discussões no setor de energia e que não há disputa de poder.

— Tem posições pontuais que são antagônicas e é até natural que seja. O ministro tem a responsabilidade pelo suprimento de energia elétrica e de combustíveis do país. Quando se personifica, fica parecendo que há disputa de poder. Não há disputa de poder.

Perguntado se ele está satisfeito com a redução na temperatura sobre a eventual saída de Prates e se ele é bom CEO, o ministro disse que "não fez essa afirmação".

— As minhas posições são posições de governo. Eu tenho que compreender a posição do Prates, que é uma posição que tem que dar resposta sim ao acionista controlador e aos acionistas minoritários. Esse é um exercício natural que o presidente tem que exercer. Se você me pergunta se eu estou satisfeito, eu estarei sempre satisfeito quando as políticas que interessam ao Brasil

estiverem sendo implementadas pelas grandes empresas nacionais que têm também constitucionalmente as suas obrigações com o Brasil.

E completou:

— O conselho é composto majoritariamente por representantes da União. E esse conselho se reporta, naturalmente, a demonstrar para todos nós o cumprimento do plano de investimento. Se isso tiver, se isso acontecer a contento, o ministro estará satisfeito.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/04/2024

AGU E MINISTÉRIO DA GESTÃO MONTAM COMISSÃO PARA REFORMA ADMINISTRATIVA

Funcionalismo será adequado à Constituição de 1988, de acordo com a portaria

Por Victoria Abel



O prédio da AGU — Foto: Pablo Jacob

A Advocacia-Geral da União (AGU) publicou nesta sexta-feira uma portaria, junto com o Ministério da Gestão e Inovação, para criação de uma comissão que irá recomendar mudanças na organização da administração federal e estabelece diretrizes para a reforma administrativa.

“Entre os objetivos do grupo está o de tornar a legislação compatível com a Constituição Federal de 1988 e com a modernização do serviço público”, diz a

nota.

A comissão será formada por membros da AGU e do MGI, além de especialistas em gestão e em direito público indicados pelas duas pastas. O prazo para a apresentação do relatório final do grupo é de 12 meses a partir da data de sua instalação. O trabalho será coordenado pela Secretaria-Geral de Consultoria da AGU.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/04/2024

MINISTRO DIZ QUE É PRECISO MODERNIZAR CONTRATOS DE ENERGIA E DEFENDE 'LINK DIRETO' DE PREFEITOS COM DISTRIBUIDORAS

Silveira afirma que qualidade do serviço deveria ser medida melhor em territórios menores

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia, diz que é preciso modernizar os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que é preciso modernizar os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. O ministro participa do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia, que acontece nesta sexta-feira em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Recentemente, Silveira disse que o Ministério de Minas e Energia determinou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a abertura de processo que pode levar à caducidade da concessão da

distribuidora de energia Enel São Paulo, após as constantes interrupções no fornecimento de energia.

— Estamos convictos que o melhor caminho é o caminho da renovação dos contratos das distribuidoras de energia. O desafio é que nossos contratos não atendem mais o jeito de que estão as expectativas da sociedade brasileira. Precisamos modernizar os contratos e melhorar os índices do DEC (duração de interrupção) e FEC (frequência de queda de energia) — disse Silveira, acrescentando:

— Precisamos buscar mecanismos em um país com 5.400 prefeitos, que precisam ter um link mais direto com as distribuidoras para melhorar a qualidade de serviço. Precisamos achar mecanismos de medir essa percepção de forma mais eficiente em territórios menores.

Segundo ele, o foco é modernizar o setor de distribuição:

— Muitos contratos vencem nesse primeiro mandato do presidente Lula. E os outros no segundo mandato. O desafio é que a gente possa modernizar esses contratos e avançar no sentido da renovação, pois isso é fundamental - disse ele, destacando que há R\$ 140 bilhões em investimentos nos próximos quatro anos, sendo R\$ 40 bilhões no setor de distribuição.

Para o ministro, outro desafio de equilibrar a segurança energética, a modicidade tarifária e a transição energética.

— É fundamental discutir mais do que apenas os avanços do setor e sim discutir a sustentabilidade desse setor. O presidente Lula ficou três horas ouvindo e debatendo com os especialistas do setor. Ele destacou a importância de se reduzir os preços de energia elétrica para os consumidores do mercado cativo e que não têm acesso ainda ao mercado livre.

— Como vamos construir uma solução para todos? Como vamos estruturar a matriz energética de forma que a gente desenvolva e que seja atrativa para manufaturar as riquezas?

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/04/2024

REFORMA TRIBUTÁRIA: ELEIÇÕES PARA COMITÊ GESTOR DE IMPOSTO É DESAFIO NA REGULAMENTAÇÃO

Composição do conselho que vai coordenar distribuição do IBS precisará passar por uma eleição para definir 27 representantes dos municípios

Por Victoria Abel — Brasília

Os projetos de lei que vão regulamentar a Reforma Tributária estão sendo finalizados pela equipe do Ministério da Fazenda



Os ajustes finais são decisões políticas que precisam da participação direta do ministro, Fernando Haddad, e do presidente do Lula, como detalhes do comitê gestor que vai administrar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O IBS é resultado da fusão do ICMS (estadual) e do ISS (municipal) e faz parte do imposto criado com a Reforma Tributária junto com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal.

O presidente Lula em sessão do Congresso para votar a Reforma Tributária — Foto: Ricardo Stuckert

Ainda precisa ser definido, por exemplo, o formato das eleições para escolher representantes do conselho do IBS, que será composto por escolhidos de estados e municípios.

Ao todo, serão 54 membros: 27 representantes de estados e do Distrito Federal, e 27 representantes de municípios e do Distrito Federal. De acordo com a Emenda Constitucional que criou a Reforma Tributária, a seleção dos representantes das cidades ocorrerá por meio de uma eleição que incluirá todos os 5.568 municípios.

A plataforma, formato e quem irá fiscalizar essa eleição deverão ser definidos em lei complementar.

Últimos detalhes

A Constituição estabelece que 14 representantes deverão ser escolhidos com base nos votos de cada município, com valor igual para todos. Outros 13 representantes devem ser determinados com base nos votos de cada município ponderados pelas respectivas populações. O cálculo em que entrará os pesos de diferentes cidades também precisa ser estabelecido.

Apesar da dúvida em relação ao formato do comitê gestor, os principais pontos técnicos das leis complementares da Reforma Tributária já estão definidos e descritos nos textos, como itens da cesta básica e detalhes dos regimes especiais.

As propostas estão fechadas a sete chaves pelo secretário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que proibiu qualquer vazamento à imprensa.

A expectativa é de que os textos sejam divulgados e enviados ao Congresso Nacional na semana que vem. Mas o envio pode sofrer atrasos, já que o ministro Fernando Haddad viaja aos Estados Unidos na segunda-feira e volta apenas no domingo, dia 21.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/04/2024

COM R\$ 1,5 BILHÃO EM INVESTIMENTOS, CCR COMEÇA OBRAS NA SERRA DAS ARARAS

Novo trecho, com quatro pistas e 8 quilômetros de extensão, deverá ficar pronto em 2028

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Descida da Serra das Araras, em Piraí (RJ) — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

A operadora de concessões de infraestrutura CCR começará nesta sexta-feira as obras da nova subida da Serra das Araras, em Piraí (RJ), no lado fluminense da Rodovia Presidente Dutra. O novo trecho, com quatro pistas e 8 quilômetros de extensão, majoritariamente sobre pontes e viadutos, deverá ficar pronto em 2028. São R\$ 1,5 bilhão em investimentos, incluindo a reforma da atual pista de subida, que será convertida em descida da serra.

Para a iniciativa privada: Governador Tarcísio de Freitas pretende conceder linha 1 do metrô de São Paulo

As obras, que deverão gerar 5 mil empregos, começarão com a licença ambiental concedida pelo Inea, órgão estadual de regulação e fiscalização do meio ambiente do Rio. O ministro dos Transportes, Renan Filho, visitará nesta sexta-feira o canteiro de obras para assinar a ordem de serviço para que a construtora EGTC, do grupo Queiroz Galvão, dê início aos trabalhos.

Carla Henriques Silva Fornasaro, presidente da CCR RioSP, concessionária que opera a Via Dutra e o trecho da BR-101 conhecido como Rio-Santos, destacou os esforços de redução dos impactos ambientais das obras.



A ampliação das pistas que cortam a Serra das Araras está em estudo há anos pela CCR, desde quando a empresa detinha a primeira concessão da Via Dutra. Planos de construir túneis extensos foram abandonados e substituídos por 24 viadutos.

Segundo a CCR, essas estruturas exigem menos desmatamento e evitam barreiras à circulação de animais. Além do menor impacto ambiental, o novo projeto ficou mais eficiente, com investimentos mais baratos, completou Carla.

O presidente da CCR Rodovias, Eduardo Camargo, ressaltou ainda que a operação de túneis é mais complexa e custosa para a concessionária. No caso de acidentes, por exemplo, viadutos permitem resgates via helicóptero. Incêndios dentro de túneis também representam um risco adicional.

O aporte de R\$ 1,5 bilhão equivale a 10% dos R\$ 15 bilhões totais que a CCR RioSP deverá aplicar em todos os trechos sob sua administração ao longo de todo o contrato. Segundo Camargo, o pacote de financiamento do projeto deverá ficar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 11 bilhões. A meta é fechar a contratação do financiamento de longo prazo até o fim deste ano.

Se, por um lado, o nível elevado das taxas de juros mundo afora, resquício dos desequilíbrios econômicos deixados pela pandemia de Covid-19, deixa o cenário menos favorável para investimentos de longo prazo, por outro lado, a regulamentação do novo modelo de debêntures de infraestrutura – títulos de dívida com isenção tributária – poderá ampliar as fontes de financiamento.

– Talvez um dos principais ofensores a novos investimentos em infraestrutura seja o nível das taxas de juros existente. É um eterno drama do Brasil. Somos muito favoráveis ao equilíbrio fiscal, porque isso que vai proporcionar a queda nas taxas de juros – afirmou Camargo.

Apetite para novos projetos

Apesar dos juros elevados, o executivo disse que a CCR segue com apetite para adquirir novos projetos, diante das oportunidades oferecidas pela extensa agenda de leilões de concessões rodoviárias proposta pelo Ministério dos Transportes.

A CCR Rodovias tem um plano de investimentos de R\$ 28 bilhões, já contratados nas concessões sob sua administração. Segundo Camargo, a empresa tem capacidade financeira e operacional para mais. Por outro lado, diante da quantidade de opções, a companhia pode ter uma postura “seletiva”, disse Camargo:

– Temos por prática estudar quase todos os projetos que tenham o perfil da CCR, mas, ao mesmo tempo, mantemos a nossa disciplina, do nível de retorno mínimo e de um risco adequado – afirmou Camargo, completando que a CCR persegue o crescimento. -- A gente quer e precisa crescer, mas não a qualquer custo.

Para Camargo, a correta “precificação” dos investimentos nos projetos leiloados será uma variável importante para atrair investidores, diante dos juros elevados. Como o governo “tem estado muito aberto para ouvir o mercado”, o executivo tem visto avanços nesse ponto.

Diante do leilão do trecho da BR-040 entre Juiz de Fora e Belo Horizonte, uma relicitação de um projeto que ficou desequilibrado economicamente, Camargo lembrou que relicitar concessões devolvidas não é suficiente para reforçar a confiança de investidores.

Ele diz que será preciso também resolver as concessões que estão em renegociação para serem repactuadas, sobre anuência do Tribunal de Contas da União (TCU) – nesse caso, os operadores não querem devolver os projetos, mas julgam que as concessões ficaram economicamente desequilibradas e cobram do governo ajustes no contrato.

Chamado de “otimização de contratos”, o programa envolve 14 concessões de estradas que somam 7,5 mil quilômetros em vários estados. A CCR tem uma concessionária nessa lista, a CCR MSVia,

que opera um trecho da BR-163 em Mato Grosso do Sul. Camargo evitou comentar o processo de renegociação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/04/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ENTENDA EM QUAL ESTÁGIO O MUNDO E O BRASIL ESTÃO NO USO DO HIDROGÊNIO VERDE

Qual o potencial do 'petróleo do futuro', quem está na frente e o que deve ser feito para aproveitar oportunidades na área?

Por *Luciana Dyniewicz e Beatriz Bulla*

O hidrogênio verde é a grande aposta do mundo para substituir os combustíveis fósseis e reduzir as emissões de carbono do planeta. O hidrogênio precisa usar fontes de energia renováveis para ser considerado 'verde'. É como o Brasil sai na frente como um dos países com maior potencial para produzir um hidrogênio verde competitivo.

No Brasil, a energia de fontes renováveis já corresponde a 47,4% da matriz. No restante do mundo, as fontes renováveis correspondem a 15% da geração de energia.

Em todo o mundo, ainda é uma promessa a ideia de substituir o petróleo pelo hidrogênio verde. Há nações mais avançadas do que outras em investimentos e regulamentações, e muitos projetos em fase inicial.

Onde o mundo está? E onde precisa chegar?

- Atualmente, a demanda anual por hidrogênio cinza (produzido a partir de combustíveis fósseis, como o gás natural) é de 96 milhões de toneladas por ano. A Agência Internacional de Energia calcula que a demanda pode passar para a casa de 200 milhões de toneladas até 2030, com a redução do uso do hidrogênio cinza e o maior uso de hidrogênio de baixo carbono -- tendo o hidrogênio verde neste cálculo.

Atualmente, o produto é usado, principalmente, em fertilizantes e na indústria de aço e poderá ser substituído pelo verde. A maior demanda no futuro, entretanto, deve vir de mercados em que hoje o hidrogênio não é explorado, como no transporte e em outros processos industriais. Há, por exemplo, estudos para utilizá-lo como combustível de avião, navio e caminhões.

A criação desse mercado depende, em grande parte, da taxa de emissão de carbono – a criação de um "imposto verde" pode taxar atividades poluentes e produtos com base na quantidade de carbono emitido em sua produção. Se as empresas forem obrigadas a "pagar para poluir", elas terão de buscar alternativas sustentáveis.

Onde o Brasil está? E onde precisa chegar?



- "Se o Brasil está preparado para aproveitar essa oportunidade? Ele está se preparando. Outros países estão numa velocidade muito maior. Só que outros países não têm as características favoráveis que o Brasil tem", afirma o pesquisador e professor da Universidade Federal de Santa Catarina Ricardo Rüther.

FELIPE RAU/ESTADÃO

A avaliação de analistas é que o Brasil está de dois a três anos atrasado, na comparação com países que saíram na frente, no assunto. As empresas no Brasil que estão com projeto mais avançado pretendem começar a produzir hidrogênio verde em 2027. Há uma série de empresas que firmaram pré-contratos ou memorandos de entendimento para começar estudos de viabilidade. Para assumir protagonismo no mercado doméstico e mundial de hidrogênio verde, os projetos anunciados precisam começar a sair do papel.

Quais os desafios e oportunidades?

- O hidrogênio verde vem ganhando a atenção de empresas e investidores recentemente devido ao potencial de gerar energia sem emissões. O contexto geopolítico mundial, com a guerra entre Rússia e Ucrânia, também fez o mundo prestar mais atenção na fonte alternativa de energia.

O mercado de hidrogênio verde é promissor para o Brasil, que pode oferecer um dos hidrogênios mais competitivos do mundo. A McKinsey estima que toda a cadeia de valor do hidrogênio verde, da geração à exportação, pode movimentar US\$ 200 bilhões no Brasil até 2040.



THYSSENKRUPP

O preço da energia pode ser um entrave para o desenvolvimento do setor. Outro empecilho para a indústria do hidrogênio verde avançar é o valor dos equipamentos que fazem a eletrólise. A falta de escala na produção no início também é um desafio.

Quem já está no caminho no mundo?

- Estados Unidos, Chile, Austrália e Arábia Saudita são considerados países na vanguarda. Apesar de ainda não haver usinas em escala industrial operando, já há

incentivos e arcabouço regulatório definido para impulsionar o desenvolvimento do setor.

Em todo o mundo, são pouquíssimos projetos de hidrogênio verde que já estão em operação. Entre eles, estão o da Iberdrola, inaugurado na Espanha em 2022, o da Engie e do Walmart, no Chile, e três unidades da Lhyfe, na França.

Os europeus saem na frente quando o assunto é investimento em projetos de hidrogênio limpo, considerando hidrogênio verde e hidrogênio azul, que não vem de fonte renovável mas é de baixo carbono, segundo dados do Conselho Mundial do Hidrogênio.

Quem já está no caminho no Brasil?

- No País, o Ceará está mais adiantado. O porto de Pecém (CE) se prepara para ser o principal polo do combustível no Brasil. As empresas que já assinaram os pré-contratos para reservar área em Pecém são: AES, Casa dos Ventos, Fortescue, Cactus Energia e uma quinta, cujo nome é mantido em sigilo pelo complexo portuário. A australiana Fortescue tem um dos maiores e mais adiantados projetos para produção de hidrogênio verde no Brasil. A intenção da Fortescue e da Casa dos Ventos é começar a produzir hidrogênio em Pecém em 2027.

A alemã Neuman & Esser (NEA) promete ser a primeira a produzir no Brasil, com fábrica em Belo Horizonte (MG), os equipamentos para fazer eletrólise -- o processo que gera hidrogênio verde. A expectativa é de que a planta comece a operar no segundo semestre.

A Unigel prometia o maior projeto de produção de hidrogênio e amônia verdes no Brasil, no Polo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia. A empresa, no entanto, acumula uma dívida de R\$ 3,7 bilhões e passa por negociação com credores sobre um plano de reestruturação.

Onde o Brasil não pode errar?

- O Brasil precisará ampliar a matriz energética, só com fontes de energia renovável, para dar conta da demanda que pode surgir com os projetos de hidrogênio verde.

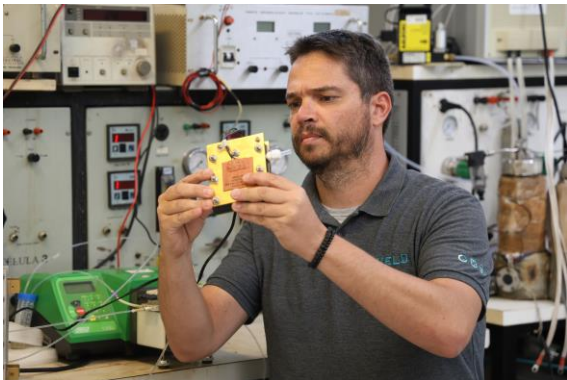
Também precisa avançar na regulação do tema e definir se irá conceder subsídios, e de qual tipo, para o início da produção do projeto.

Clean techs

- As startups apostam no hidrogênio verde principalmente como ferramenta para reduzir ou até zerar as emissões de gases de efeito estufa em setores considerados estratégicos no Brasil.

A startup paulista de nanotecnologia Xield desenvolve um protótipo de um reformador que converte etanol em hidrogênio verde. Se bem-sucedido, o projeto permite transformar toda a indústria de automóveis movidos a célula de combustão, com impacto ambiental ainda menor.

Já a startup paranaense Protium Dynamics desenvolveu um motor que usa o hidrogênio como aditivo ao combustível de caminhões, que conseguem economizar no gasto com diesel e emitir menos gases poluentes.



CELIO MESSIAS/ESTADÃO

O setor de startups que atuam com hidrogênio verde no Brasil é promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK, na sigla em alemão), que desenvolveu o primeiro programa do País para acelerar soluções a partir dessa tecnologia.

Carreira

- Apesar de ainda engatinhar no País, o hidrogênio verde tem potencial para gerar diferentes postos de trabalho e impulsionar carreiras, em especial posições técnicas ligadas à área de engenharia.

A demanda por profissionais de engenharia deve ser grande, com oportunidades para diferentes profissionais, como:

- Engenheiros elétricos;
- Engenheiros químicos;
- Engenheiros civis;



- Engenheiros mecânicos;
- Engenheiros de processo.

Algumas especializações que devem ser cada vez mais demandadas são:

- Redes de transmissão de energia;
- Controle e gestão de grid de transmissão elétrica;
- Planejamento elétrico.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Apesar disso, especialistas afirmam que profissionais que tenham experiência no mercado de energia, especialmente de fontes renováveis, podem sair na frente na busca por uma colocação, para além do mercado de engenharia.

“Esse novo mercado vai demandar profissionais que não estão mais em ‘caixinhas’. A caixinha do engenheiro, do gestor, do advogado. Cada vez mais precisaremos de engenheiros fazendo cursos de direito ambiental ou advogados entendendo mais de tecnologia. Essa multidisciplinaridade será demandada dos profissionais que vão liderar”

Luiz Antonio Mello,
líder de vendas da Thyssenkrupp Uhde para o Brasil

Regulação

- De chapéu e cinto de boiadeiro, brincos de strass pendentes até a altura dos ombros e bota de salto alto, Michele Aparecida Santana Silva comemorava seu aniversário de 18 anos no rodeio de Canaã dos Carajás, em outubro de 2023. O show da noite era o da dupla Maiara e Maraísa. A grande expectativa da jovem, no entanto, era pelo dia seguinte, quando a atração seria Iguinho e Lulinha, uma dupla sergipana de forró piseiro.

A Expo Canaã, a festa que inclui rodeio, cavalgada e show de sertanejos em Canaã de Carajás chegou em sua oitava edição no ano passado. Uma fila de pessoas esperava pelo momento de tirar uma selfie com um touro de metal, pintado de dourado, que imitava o famoso Charging Bull de Wall Street, em Nova York.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Em mensagem encaminhada aos parlamentares em fevereiro, no início do ano legislativo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu projetos de regulamentação da chamada pauta verde entre as prioridades de 2024. Ele incluiu entre os temas prioritários os dois textos que tratam do marco legal do hidrogênio verde. O governo também considera como prioritários outros projetos de lei que podem ajudar a destravar investimentos para a produção de hidrogênio verde no País, como o PL que trata de eólicas offshore e o PL 5174/2023, que cria o

Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten).

EDITORES-EXECUTIVOS: LEONARDO CRUZ E RICARDO GRINBAUM; EDITOR DE ECONOMIA: ALEXANDRE CALAIS; EDITORA-ASSISTENTE DE ECONOMIA: RENÉE PEREIRA; DIRETOR DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS: ANDRÉ FURLANETTO; PROJECT MANAGER: EDEGARD UTRERA; REPORTAGEM: LUCIANA DYNIEWICZ E BEATRIZ BULLA; EDITORA DE INFOGRAFIA: REGINA ELISABETH SILVA; EDITORES-ASSISTENTES DE INFOGRAFIA: ADRIANO ARAUJO E WILLIAM MARIOTTO; DESIGNER MULTIMÍDIA: LUCAS ALMEIDA; EDITOR DE FOTOGRAFIA: CLAYTON DE SOUZA; FOTOS: DANIEL TEIXEIRA E FELIPE RAU; EDITOR DO NÚCLEO DE VÍDEO: GABRIEL PINHEIRO; EDIÇÃO DE VÍDEO: CLÁUDIO DA LUZ.

ENCONTROU ALGUM ERRO? ENTRE EM CONTATO

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2024

BRASKEM RECONHECE QUE CUSTOS COM DESASTRE EM MACEIÓ PODEM AUMENTAR

Em documentos enviados à SEC e à CVM, empresa afirma que ainda desconhece os custos relacionados ao afundamento dos bairros

Por Jorge Barbosa (Broadcast)

A Braskem admitiu que ainda desconhece os custos relacionados ao desastre ocorrido em cinco bairros de Maceió, em Alagoas. Nesta sexta-feira, 12, a petroquímica arquivou documentos na Securities and Exchange Commission (SEC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), referente

ao exercício de 2024, e disse que há riscos sobre possíveis aumentos de custos relacionados ao afundamento dos bairros.

“Não podemos prever com confiabilidade todos os custos relacionados à resolução desta disputa. Podemos ser nomeados como réus em outras ações judiciais”, afirmou a Braskem, no documento enviado aos órgãos fiscalizadores.

A empresa destacou a celebração de acordos para a finalização de três ações civis públicas, envolvendo a reparação de danos socioambientais, a compensação dos moradores atingidos pelo afundamento do solo e acordo para promover um Programa de Recuperação Empresarial e de requalificação de trabalhadores que sofreram com a perda de empregos provocada pelo desastre ambiental.

Os efeitos no solo de uma parte da capital de Alagoas já são sentidos desde março de 2018 e exigiu a retirada de 55 mil pessoas de suas casas. O abalo teria sido causado pelo deslocamento do subsolo por causa da extração de sal-gema, um cloreto de sódio que é extraído para produzir soda cáustica e policloreto de vinila (PVC) pela Braskem, que atuava na região desde 1976. A companhia encerrou a extração do minério na região em 2019.



Tragédia causou afundamento do solo em vários bairros de Maceió, e moradores tiveram que abandonar suas casas e comércios Foto: TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

A Braskem contratou equipes de geólogos para estudar o caso. Alguns estudos concluíram que havia responsabilidade, de fato, da empresa, enquanto outros não foram tão conclusivos e alegaram instabilidade da região próxima à lagoa.

No dia 29 de novembro, a Prefeitura de Maceió emitiu alerta de “risco iminente de colapso” da mina da Braskem no bairro de Mutange e decretou estado de emergência por 180 dias na capital de Alagoas. No dia 10 de dezembro, a mina se rompeu, enquanto o afundamento dos bairros aumentava.

No dia seguinte, o Senado instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, com o objetivo de investigar a responsabilidade pela crise. A criação da CPI vinha sendo defendida fortemente pelo autor da proposta, o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

“Não é possível antecipar todas as novas reclamações relacionadas a danos ou outra natureza que possam ser apresentadas por indivíduos ou grupos, incluindo entidades públicas ou privadas, que entendem terem sofrido impactos ou danos relacionados ao fenômeno geológico e à realocação de pessoas de áreas de risco, bem como novas notificações de infração ou penalidades administrativas de natureza diversa”, acrescentou a companhia no documento.

A Braskem mencionou ainda outros riscos atrelados à empresa, como mudanças nas taxas básicas de juros, preços do mercado e variações de câmbio. Segundo a petroquímica, uma das formas utilizadas para mitigar esses potenciais danos envolve o uso de instrumentos derivativos direcionados para moeda estrangeira, juros, commodities, além do uso do caixa e de recebíveis. / Colaborou Carlos Eduardo Valim

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/04/2024

MONTADORAS NO BRASIL AVALIAM IMPORTAR LINHAS DE PRODUÇÃO APOSENTADAS PELO CARRO ELÉTRICO NA EUROPA

Indústria automotiva brasileira não deve abandonar tão cedo máquinas que fabricam carros com sistema de propulsão movido a gasolina

Por Eduardo Laguna (Broadcast)

Fabricantes de automóveis e seus fornecedores de peças estão se movimentando para trazer ao Brasil linhas de produção substituídas no exterior por montadoras que migraram para os carros elétricos. São linhas incompatíveis com a nova tecnologia, mas que têm utilidade para a indústria automotiva brasileira, que, em maior parte, não vai abandonar tão cedo os sistemas de propulsão convencionais.

A avaliação é que os equipamentos industriais aposentados em mercados que estão mais avançados na transição tecnológica oferecem ao Brasil a oportunidade de, a um custo mais baixo, melhorar a produtividade das fábricas de carros, assim como nacionalizar componentes hoje importados.

A lista inclui sistemas eletrônicos dos quais dependem a conectividade, a segurança e a própria eletrificação dos automóveis. Por exemplo, os carros híbridos, tecnologia que está sendo adotada em maior escala no Brasil, contam com uma central eletrônica para gerenciar o funcionamento dos dois motores, um elétrico e o outro a combustão interna.

Além das tendências tecnológicas, a transferência de linhas permitiria a produção nacional de dispositivos já com larga adoção pelas montadoras brasileiras, mas ainda importados. É o caso do câmbio automático, presente em 67% dos carros vendidos no País, segundo dados da consultoria Bright Consulting.



Indústria automotiva brasileira pode utilizar máquinas aposentadas no exterior Foto: Werther Santana / Estadão

A importação de linhas desativadas em outros países não é uma novidade. Porém, passou a receber maior interesse após ser incluída no rol de projetos incentivados pelo governo federal no Mover, como foi batizado o programa de apoio à indústria de mobilidade lançado no fim do ano passado.

Pelo programa, montadoras ou fornecedores de peças, com projetos habilitados, receberão créditos financeiros na importação das linhas, correspondentes ao imposto de importação, e nas exportações dos produtos fabricados pelas linhas transferidas - neste segundo caso, o crédito é correspondente aos tributos incidentes sobre o lucro dos produtos exportados.

O benefício vale na realocação desde células de produção a unidades industriais inteiras. No total, incluindo incentivos à pesquisa e desenvolvimento para a evolução tecnológica dos carros produzidos no Brasil, o Mover prevê, até 2028, R\$ 19,3 bilhões em créditos financeiros, que podem ser usados no pagamento de impostos federais. Na esteira do programa, os investimentos anunciados pela indústria de automóveis, entre ciclos novos e ampliados, passam já de R\$ 100 bilhões.

Mais barato e rápido

Antes mesmo de o governo abrir a habilitação ao Mover, em portaria editada duas semanas atrás, as empresas já faziam cálculos do custo de transferir linhas desmontadas, principalmente, na Europa, onde carros movidos a combustíveis fósseis devem sair de linha até 2035.



Sócio-diretor da Pieracciani, uma consultoria especializada em inovação, que vem sendo procurada por empresas interessadas em aproveitar os incentivos do Mover, Francisco Tripodi diz que simulações apontam para uma diferença de 50% entre transferir uma linha desativada na Europa e o custo de investir em equipamentos totalmente novos.

“Pensando que muitas vezes essa operação será feita dentro de um mesmo grupo - como, por exemplo, uma filial no Brasil que vai trazer uma linha não mais usada pela matriz na Alemanha -, o único gasto é de transferir a linha”, comenta Tripodi. Segundo ele, um dos objetivos da indústria é substituir as linhas atuais por outras mais modernas.

Uma das montadoras que confirmam, reservadamente, estudos para importar linhas de produção conta que outra vantagem é ganhar tempo. Como os equipamentos já estão à disposição, sua instalação é mais rápida se comparada ao prazo de entrega de máquinas completamente novas.

Governo vai levar em conta produção e emprego para liberar importação

Os critérios a serem observados pelo governo na concessão do incentivo à importação de linhas de produção ainda serão definidos nas portarias e decretos a serem editados na regulamentação do Mover, o novo regime automotivo. O ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) já adianta, no entanto, que será levado em conta o valor do investimento, assim como seu impacto no emprego, o volume de produção pretendido e a expectativa de exportação.

Procurado pelo Estadão/Broadcast, o ministério respondeu que a intenção é atrair linhas de produção que começam a ser desmontadas no Hemisfério Norte, gerando no Brasil emprego, renda, transferência de tecnologia e aumento de competitividade.

Conforme a pasta, componentes como a caixa de câmbio com transmissão automática deixarão de ser usados onde a eletrificação avança mais rapidamente, mas continuarão sendo necessários no Brasil e vários outros países, sobretudo no mercado de reposição de peças.

Ganho tecnológico

Para Ricardo Bastos, diretor de assuntos institucionais da GWM, é possível pensar em trazer linhas que forem renovadas pelas montadoras de carros elétricos na China, onde a escala de produção, 12 vezes superior a do Brasil, permite absorver mais rápido os investimentos pesados em equipamentos novos. A montadora chinesa está prestes a começar a produzir carros híbridos na fábrica adquirida da Mercedes-Benz em Itacemápolis, no interior de São Paulo.

“Não temos esse projeto no momento, mas é uma alternativa importante, sim, para a GWM e seus parceiros”, comenta Bastos. “Empresas que têm parcerias com chineses podem ter a oportunidade de fazer a transferência parcial ou completa de linhas, desde que seja compatível com a escala de produção no Brasil”, acrescenta o executivo, que também é presidente do conselho diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

Ao prever compromissos com novos investimentos em ativos fixos, trazendo assim oportunidades também para a indústria nacional de bens de capital, o incentivo à transferência de linhas de produção não foi contestado pelos fabricantes de máquinas.

“Lá fora, vão produzir carros elétricos, e vai sobrar equipamentos que o Brasil não tem. É uma oportunidade de trazer equipamentos usados para a produção (no Brasil) de mobilidade verde”, comenta José Velloso, presidente-executivo da Abimaq, a associação da indústria de máquinas e equipamentos. “Entendemos que deve ser para a importação de linhas usadas que estejam intimamente ligadas à mobilidade verde, e que haja ganho tecnológico para o País. Junto com a linha usada, tem de vir a tecnologia”, pondera o representante da indústria de bens de capital.

Na avaliação de Gastón Diaz Perez, CEO na região da Robert Bosch, um dos maiores fornecedores das montadoras, o estímulo à importação de linhas responde ao desafio de tornar viável, em um mercado com a escala do Brasil, a produção do “carro do futuro”, que depende de muita eletrônica.

“Já temos algumas linhas localmente, como centrais que controlam os dois motores (de carros híbridos). Mas diversas outras tecnologias de carros elétricos e híbridos não estão disponíveis no Brasil. Aí, sim, existe a possibilidade de trazer linhas para essa produção”, diz Gaston.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2024

GOVERNO LULA CONTA VOTOS NO CONSELHO DA PETROBRAS E TEM DERROTA EM DIVIDENDOS

Na noite desta quinta, 12, o presidente do comitê, Pietro Sampaio Mendes, foi suspenso por decisão liminar; minoritários pleiteiam distribuição integral de proventos, mas ministros da ala política defendem fatia menor

Foto do author Mariana Carneiro

Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA - Após ter dois nomes no Conselho de Administração da Petrobras suspensos por decisão judicial, auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contam votos e temem derrota na votação sobre dividendos extras para minoritários, que pleiteiam a distribuição integral. Já ministros da ala política do governo defendem uma fatia menor.

Na noite desta quinta-feira, 12, o presidente do comitê, Pietro Sampaio Mendes, foi suspenso por decisão liminar da Justiça Federal de São Paulo, sob a alegação de conflito de interesses. Além de conselheiro da companhia, Mendes é secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e foi indicado para a função pelo ministro de Ministério de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Quatro dias antes, o mesmo juiz afastou outro conselheiro, o ex-ministro Sergio Rezende, indicado por Lula para o comitê de acionistas da Petrobras. Dessa forma, dos 11 conselheiros, dois estão suspensos, o que elevou, por consequência, o poder de acionistas minoritários no comitê.

Dos nove membros restantes, quatro são representantes dos minoritários e quatro próximos ao governo, incluindo o indicado pelos trabalhadores. O presidente da estatal, Jean Paul Prates, completa o conselho. O voto do presidente do conselho é importante porque, em caso de empate, ele desempata (tem voto de minerva).

Com a suspensão de Mendes, membros do governo Lula e executivos da Petrobras contam os votos para tentar prever como será o desfecho do pagamento de R\$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários. Em março, por uma decisão do governo, tomada no Palácio do Planalto com a anuência de Lula, a maioria do conselho decidiu reter o pagamento.



Pietro Sampaio Mendes, presidente do Conselho de administração da Petrobras Foto: Jefferson Rudy

A alegação foi a de que a distribuição poderia colocar em risco o plano de investimentos da petroleira, com o qual o governo conta para gerar empregos e promover o crescimento da economia. Mas investidores tinham a expectativa de receber pela remuneração, uma vez que receberam sinais positivos de Prates.

Na reunião do conselho que concluiu pela retenção, Prates se absteve e, em reunião com analistas, afirmou que defendia o pagamento de 50% dos dividendos extras.

A posição dele abriu uma crise com Silveira e com o chefe da Casa Civil, Rui Costa, que passaram a defender em público a retenção dos dividendos. O racha levou Prates a uma quase demissão, movimento que perdeu força nos últimos dias, como mostrou o Estadão, mas que não pode estar totalmente descartado, uma vez que Lula ainda não deu a palavra final.

Desde então, ministros discutem internamente sobre o pagamento. Segundo relatos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende o pagamento de 50%. Já Silveira e Costa falam em um percentual menor, com teto de 30%.

Já conselheiros privados sustentam que é possível distribuir 100%, uma vez que há um acúmulo de caixa da companhia, que segue crescente apesar de a Petrobras praticar preços no Brasil abaixo das cotações internacionais dos combustíveis. Mas caso a proposta não prevaleça, tentarão pelo menos emplacar uma distribuição de 50%.

Com a perda de dois membros no conselho, auxiliares de Lula temem que prevaleça a visão dos representantes dos sócios privados com o apoio de Prates. Desde o episódio da abstenção, o presidente da companhia vem sendo classificado como “do lado do mercado” pelos colegas em Brasília. Mesmo os conselheiros do lado privado creem que o voto de Prates é “imprevisível”.

Na manhã desta sexta-feira, 12, membros do governo avaliavam se seria o caso de o governo tentar nomear às pressas novos conselheiros ou retirar de pauta o tema dos dividendos da próxima reunião, marcada para o dia 19. A Advocacia-Geral da União também foi acionada para tentar restabelecer, com urgência, o mandato de Mendes no conselho.

O estatuto da Petrobras afirma que, no caso de vacância do presidente, o substituto será eleito pelos demais conselheiros na primeira reunião ordinária, prevista para o dia 19.

Ainda que o tema não entre na pauta do conselho, representantes de acionistas privados desejam resolver a questão na assembleia geral, prevista para o dia 25.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2024

JBS INVESTIRÁ R\$ 150 MI PARA DOBRAR CAPACIDADE PRODUTIVA DA UNIDADE CAMPO GRANDE II

Expectativa é que em um ano o volume processado diariamente na agroindústria passe de 22 mil para 4,4 mil animais

Por Leandro Silveira

A JBS vai dobrar a capacidade de produção da unidade Campo Grande II, localizada na capital de Mato Grosso do Sul. A companhia anunciou investimento de R\$ 150 milhões para permitir que, em um ano, o volume processado diariamente na agroindústria passe de 2,2 mil para 4,4 mil animais. A quantidade de colaboradores vai saltar de 2.300 para 4.600. Segundo a companhia, isso vai transformar a fábrica na maior unidade de bovinos da América Latina.

O anúncio da JBS ocorreu durante evento que marcou o primeiro embarque de carne bovina dessa fábrica para a China. A unidade Campo Grande II da JBS foi uma das 38 habilitadas pelo governo chinês em 12 de março passado. A cerimônia teve as presenças do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, da ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, e do governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, entre outras autoridades.



Em 12 de março, a China anunciou a habilitação para exportação de 24 plantas de processamento de bovinos, 8 de frangos, além de 1 de termoprocessamento e 5 entrepostos. A JBS foi a empresa com mais habilitações: 12, incluindo 2 da Seara, sendo que uma delas, a planta de Itajaí (SC), recebeu duas habilitações, para exportar carnes de frango e suína.

Expectativa é que em um ano o volume processado diariamente na agroindústria passe de 22 mil para 4,4 mil animais. Foto: Felipe Rau/ Estadão.

“Essas 38 habilitações para a China significam um passo gigantesco para o agronegócio brasileiro. Significam crescimento, geração de emprego e renda. Para indústria, para o campo, para as pessoas, para o comércio, para cidades”, afirmou o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni. “Operamos em muitos países ao redor do mundo e nenhum deles é hoje tão atrativo quanto o Brasil para se investir no agronegócio”, completou.

Antes da lista recente, o Brasil tinha 106 plantas habilitadas para exportar carne à China. O país asiático é o principal destino das exportações brasileiras de carne bovina, suína e de frango, se destacando como maior parceiro comercial para a proteína animal.

A unidade Campo Grande II foi construída em 2007 e adquirida pela JBS em 2010. Ela produz, todos os dias, 440 toneladas de carne e 136 toneladas de hambúrgueres (ou 2,4 milhões de unidades). Além da China, a fábrica pode exportar para Estados Unidos, Argélia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Argentina, União Europeia e Chile, entre outros destinos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2024

PETROBRAS: SILVEIRA DIZ QUE ‘NINGUÉM É INSUBSTITUÍVEL’, MAS DEFENDE PERMANÊNCIA DE PIETRO NA ESTATAL

Presidente do conselho de administração, Pietro Mendes, foi afastado do cargo, em decisão judicial, por ‘conflito de interesse’; empresa disse que vai recorrer

Por Denise Luna (Broadcast) e Luciana Collet (Broadcast)

RIO - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta sexta-feira, 12, ter expectativa de que a decisão judicial de afastar o presidente do conselho de administração da Petrobras, Pietro Mendes, seja revertida, e defendeu a permanência do executivo no cargo.

Mendes é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, e foi afastado da presidência do Conselho da estatal em uma decisão liminar do juiz Paulo Cezar Neves Junior, da 21ª Vara Cível Federal de São Paulo.

Na decisão, o magistrado afirma que ao observar as atribuições de Mendes no conselho e a sua missão no ministério, “extrai-se claramente que a ampla atuação da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis faz com que haja permanente e potencial conflito de interesses entre esse órgão e a Petrobras”.

Silveira defendeu o nome de Mendes. “Primeiro, ele é jovem, mas experiente profissional de carreira. Durante um ano ele prestou serviços relevantes ao conselho dessa que é a maior empresa do País, uma empresa de economia mista onde o governo é controlador”, disse. “Segundo, que recorremos à Justiça. Ocorreu o mesmo com um conselheiro no ano passado, essa decisão foi revista pelo Tribunal e naturalmente agora será conduzida pela Advocacia-Geral da União”, explicou, após participação no Fórum Brasileiro de Líderes de Energia, no Rio.



Silveira (foto) ressaltou a importância do trabalho de Pietro Mendes na Petrobras Foto: Mark Felix / AFP

O ministro afirmou ainda “que ninguém é insubstituível, mas que é imprescindível a contribuição do profissional Pietro não só para a Petrobras, mas para todo o setor de petróleo”.

O pedido de afastamento de Mendes do conselho foi feito em ação civil pública proposta pelo deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP). Na causa, o parlamentar também reclamou que a indicação do

executivo ao cargo infringiu o estatuto da companhia, uma vez que o nome dele não integrou uma lista tríplice elaborada por empresa especializada de recursos humanos. Esse pedido também foi acolhido pelo magistrado.

Alinhamento

Silveira disse também que todos os cargos da presidência da República “sempre são precários”, ao ser perguntado sobre as recentes especulações de conflito entre ele e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que chegou a ter seu cargo sob risco.

Segundo o ministro, muito do que se ouve falar “é mais barulho do que realidade”, e disse que o presidente Lula tem a prerrogativa, dada pelo povo brasileiro, de escolher aqueles que ele tem total confiança para compor sua equipe. “Portanto, é sempre necessário que todos que têm cargo (ligado ao presidente Lula) entendam isso. Nós temos de estar alinhados e dedicados a implantar aquilo que é o grande objetivo do presidente Lula, que é gerar empregos, renda, que é combater desigualdade e construir um País mais próspero.”

Ele ressaltou que o presidente Lula sabe que a Petrobras é uma empresa de economia mista e respeita a governança da empresa, “tanto que a Petrobras ganhou 35% de valor de mercado neste governo”, afirmou. Silveira ressaltou, porém, que é preciso dar satisfações aos acionistas sobre a companhia, mas que não existe insatisfação da parte dele com Prates.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

EUA, JAPÃO E FILIPINAS FORTALECEM LAÇOS ECONÔMICOS COM PLANO DE INVESTIMENTOS EM CHIPS E NÍQUEL

Investimentos e projetos de infraestrutura do "Corredor Econômico de Luzon" incluem ferrovias, portos e cadeias de suprimentos de chips na ilha mais populosa das Filipinas

Por Dow Jones, Valor — Nova York



Ferdinand Marcos Jr. (às esquerda), Joe Biden e Fumio Kishida, na Casa Branca — Foto: Al Drago/Bloomberg

EUA e Japão delinearam planos para investir em projetos de infraestrutura, semicondutores e níquel nas Filipinas, enquanto os três países buscam aprofundar os laços em meio a tensões com a China.

As iniciativas, detalhadas em comunicado conjunto dos países na noite de quinta-feira (11), foram anunciadas durante a visita à Casa Branca, do presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos Jr., e do primeiro-ministro

japonês, Fumio Kishida, para a primeira reunião trilateral com o presidente Biden.

Os países estão fortalecendo os laços econômicos por meio do "Corredor Econômico de Luzon". Os investimentos e projetos de infraestrutura incluem ferrovias, portos e cadeias de suprimentos de chips na ilha mais populosa das Filipinas.

A Corporação Financeira para o Desenvolvimento Internacional dos EUA, uma agência federal que ajuda a financiar projetos em países em desenvolvimento, também pretende abrir um escritório regional nas Filipinas, de acordo com o informe.

Um comunicado separado da Casa Branca disse que um dos investimentos virá na forma de doação à mineradora filipina Eramen Minerals para desenvolver uma planta de processamento de minério de níquel e cobalto, e que a United Parcel Service (UPS) expandirá suas operações no Aeroporto Internacional de Clark, em Luzon, com o trabalho direcionado a um novo centro previsto para começar no início do próximo ano.

Na carta conjunta, os líderes também enfatizaram "a necessidade de uma estreita coordenação no tratamento da coerção econômica" e expressaram "preocupação séria" com o "comportamento perigoso e agressivo da China no Mar do Sul da China".

Os EUA lançarão novas iniciativas e projetos em bases sob o Acordo de Cooperação de Defesa Aprimorada com as Filipinas, incluindo mais treinamentos de resposta a desastres civis-militares. O pedido de orçamento do presidente Biden para o ano fiscal de 2025 inclui um adicional de US\$ 128 milhões para projetos de infraestrutura, disse o comunicado da Casa Branca.

As forças militares americanas e filipinas realizaram patrulhas conjuntas no Mar do Sul da China desde novembro. O mar disputado é cercado pela China, Taiwan e nações do sudeste asiático, mas Pequim reivindica quase todo o território. A China construiu postos militares em meio a tensões crescentes, com os EUA mostrando apoio às Filipinas para dissuadir mais escaladas chinesas.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 12/04/2024

GRUPO EDSON QUEIROZ BUSCA EXPANSÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA NO PAÍS

Com sede no Ceará e atuação em distribuição de gás, bebidas e linha branca, família está avaliando ativos em energia

Por Taís Hirata, Mônica Scaramuzzo e Carlos Prieto — De São Paulo



Carlos Rotella, presidente do conglomerado, diz que grupo poderá entrar em novas áreas e não descarta parcerias — Foto: Gabriel Reis/Valor

O grupo Edson Queiroz estuda desenvolver uma plataforma de energia, que poderá ir além do gás liquefeito e incluir outras fontes, segundo o presidente da companhia, Carlos Rotella. "Estamos abertos a isso, estamos prospectando. Na prática pode ser qualquer tipo de energia, seja renovável ou não", disse o executivo, em conversa com o Valor.

O conglomerado, sediado no Ceará, é formado por negócios de segmentos variados: a Nacional Gás (de gás liquefeito de petróleo), a Esmaltec (de linha branca), a Minalba (de bebidas) e a Verdes Mares (de rádio e TV). Hoje, a companhia estuda entrar em novos setores, mas sempre adjacentes às áreas em que já atua.

Em março deste ano, a empresa formalizou a criação de uma nova empresa, a OT Gás Nordeste (OTGN), para a construção e operação de um novo terminal de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Porto de Suape (PE), com investimento previsto de R\$ 1,2 bilhão. O grupo Edson Queiroz terá 42,5% do negócio, ao lado da Oiltanking Logística Brasil (também com 42,5%) e a Copa Energia (15%). A parceria já havia sido anunciada em 2021. Segundo ele, trata-se de um exemplo do tipo de expansão que a empresa pretende fazer, em setores ligados aos negócios existentes.

Hoje, a Nacional Gás é a principal plataforma do grupo e é também aquela com o maior potencial de crescimento, em especial a divisão voltada a clientes empresariais - que poderá incorporar novas soluções de energia. A empresa também conta com uma área voltada a clientes residenciais, que consomem o gás de cozinha conhecido pela maior parte dos brasileiros. Neste segmento, Rotella diz

que ainda há potencial de crescimento, porém, muito mais associado a uma redução da pobreza, já que o botijão concorre com a lenha.

Desde o fim de 2023, o grupo fez uma separação das duas divisões - a residencial e a empresarial -, que hoje têm equipes separadas. O grupo também não descarta fazer uma cisão total dos negócios, com um “spin off” da parte industrial, mas ele diz que ainda não há uma perspectiva para isso.

Apesar da natureza variada dos negócios do grupo, Rotella diz que neste momento não há planos para se desfazer de nenhuma das empresas. No passado, a companhia chegou a colocar à venda a Esmaltec, marca popular de eletrodomésticos, mas desistiu. Segundo fontes do mercado, não houve interessados na aquisição. Rotella reconhece que não se trata de um setor atrativo, mas diz que também houve uma reflexão interna de que era necessário modernizar a empresa para gerar mais valor.

“Estamos abertos [a investir] em energia, seja renovável ou não” — Carlos Rotella

Com isso, em 2023 a empresa iniciou uma modernização da fábrica de Maracanaú (CE). O plano é lançar novos produtos neste ano e otimizar a produção, por exemplo, reduzindo drasticamente o número de componentes usados na linha de fabricação. “Hoje, não tem a menor chance de a gente vender [a Esmaltec]”, diz ele.

Em 2023, o grupo como um todo registrou faturamento bruto de R\$ 12,2 bilhões, uma retração de 9,6% em relação ao ano anterior, em que a receita foi de R\$ 13,5 bilhões. O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 1,2 bilhão e 2023, alta anual de 25%.

Rotella tem o mandato da família fundadora para nacionalizar a companhia. Egresso da Votorantim, o executivo conta que a empresa busca maior visibilidade no Centro-Sul e, para isso, está montando um escritório em São Paulo. Não há planos de ir à bolsa, no entanto. Segundo ele, o grupo tem caixa para bancar a expansão dos seus negócios.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/04/2024

EXCLUSIVO: DEV MINERAÇÃO PLANEJA INVESTIR R\$ 1,7 BI PARA RETOMAR OPERAÇÕES DO PROJETO FERRO AMAPÁ

Empresa pretende iniciar os trabalhos assim que obtiver a reativação das licenças ambientais, solicitadas hoje

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Mina da antiga MMX — Foto: Rich Press/Bloomberg

Antigo projeto da MMX, mineradora fundada por Eike Batista, e desativado há sete anos, o Projeto Ferro Amapá deu nesta quinta-feira (11) o primeiro passo para retomada das atividades de mineração no município de Pedra Branca do Amapari (AP), com investimentos estimados em US\$ 320 milhões (cerca de R\$ 1,7 bilhão ao câmbio atual) entre reativação da mina e da ferrovia usada para

escoamento do minério de ferro.

Dona do projeto desde 2019, a DEV Mineração, que pertence à Pedra Branca Alliance, uma joint venture entre a Indo Sino (de Cingapura) e a britânica Cadence Minerals, entregou nesta quinta-feira,

à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, os pedidos de reativação das licenças ambientais da mina e da ferrovia que liga Pedra Branca ao Porto de Santana. A DEV está a caminho de encerrar um processo de recuperação judicial.

Conforme a mineradora, os US\$ 320 milhões serão aplicados na reativação da mina e dos 190 quilômetros de trilhos que formam a ferrovia, cujas operações estão paralisadas desde 2019. As atividades no Porto de Santana também estão suspensas, desde 2014. A DEV planeja reconstruir o terminal, numa segunda etapa de investimentos.

A mina em Pedra Branca pode produzir seis milhões de toneladas por ano, com vida útil de 16 anos. A expectativa é iniciar os trabalhos assim que os órgãos ambientais derem seu aval, com a abertura potencial de 1,1 mil postos de trabalho diretos e 2,2 mil indiretos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/04/2024

NEGOCIAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL DISPARA 185% EM DOIS ANOS E BATE RECORDE NO 1º TRIMESTRE

Ritmo acelerado indica que, em 2024, fontes renováveis devem bater novo recorde de volume negociado

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação 2W Eólica

As operações com energia solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), conhecidas como energias alternativas no mercado livre de energia brasileiro registraram um crescimento expressivo de 185% nos últimos dois anos, de acordo com dados do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE).

Somente entre janeiro e março de 2024, foram transacionadas 12,8 mil gigawatt-hora (GWh) dessas fontes renováveis, o que movimentou R\$ 1,7 bilhão em aproximadamente 2,1 mil contratos. Esse volume representa um aumento de 19,45% em relação ao mesmo período do ano passado.

O diretor-presidente do BBCE, Alexandre Thorpe, lembra que em 2023, o piso do preço de referência da energia elétrica, conhecido como Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), no jargão do setor, se manteve no mínimo regulatório, o que causou uma baixa volatilidade no setor.

Entretanto, os preços da energia elétrica vêm subindo neste ano, principalmente após uma frustração com o período chuvoso e aumento das temperaturas. Thorpe explica que no atual cenário de maior volatilidade no mercado, impulsionado principalmente por mudanças climáticas, alta demanda por eletricidade e incertezas para o futuro, levou os agentes a reverem suas posições e buscarem segurança através da diversificação de suas carteiras.

“As incertezas climáticas, maior demanda de energia e dos fenômenos El Niño e La Niña geraram uma revisão que todos os participantes tinham feito até de prazo mais longo. Essa incerteza e volatilidade provocam um volume de energia negociada bem alto para os níveis de 2019”, diz Thorpe.

O crescimento da negociação de energia renovável acompanha a expansão dessas fontes na matriz energética brasileira, com destaque para a eólica e a solar. No ano passado, elas movimentaram 49,5 mil GWh no BBCE, o que representa 15% do total transacionado.

A expectativa para 2024 é ainda melhor. Segundo Thorpe, o ritmo acelerado de negociação no primeiro trimestre indica que as fontes renováveis devem bater um novo recorde de volume negociado até o final do ano.

“Vimos no primeiro trimestre um alto volume negociado e alta volatilidade (...). Para o resto do ano de 2024, algumas incertezas continuam, principalmente pelo lado climático continuam, creio que vamos caminhar para um novo recorde”, projeta o diretor-presidente do BBCE.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/04/2024

PAPER EXCELLENCE DIZ QUE DECISÃO DO TRF-4 SOBRE ELDORADO PODE AFETAR INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Empresa ressaltou o caráter temporário da medida e indicou que sua manutenção “pode desencadear um efeito prejudicial de grande escala nos investimentos estrangeiros no Brasil”

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Manutenção da decisão que impede a conclusão da compra de 100% da Eldorado “pode desencadear um efeito prejudicial de grande escala nos investimentos estrangeiros no Brasil”, diz Paper Excellence — Foto: Bloomberg

Em amplo posicionamento sobre a decisão mais recente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que suspende a transferência do controle da Eldorado, a Paper Excellence, sócia da J&F Investimentos na produtora de celulose, ressaltou o caráter temporário e indicou que sua manutenção

“pode desencadear um efeito prejudicial de grande escala nos investimentos estrangeiros no Brasil”.

Conforme a Paper, a liminar que barra a transferência voltará a ser apreciada no julgamento do mérito, quando será avaliado o recurso do ex-prefeito de Chapecó (SC) Luciano José Buligon, autor da ação popular, contra a sentença de primeira instância, que extinguiu o processo.

Nesse caso, a juíza entendeu, lembra a empresa, que não estavam presentes “os requisitos mínimos necessários para prosseguimento da ação popular, que deveria se restringir a situações de interesse público e não privado”. Se os desembargadores concordarem com os argumentos da Paper, o processo será novamente encerrado e a liminar perde efeito.

“A Paper confia que o julgamento do mérito reconhecerá que seus reais interesses na transação da Eldorado envolvem um complexo industrial e não a aquisição de terras rurais”, diz a empresa, na nota, acrescentando que acredita que os desembargadores vão identificar mais um movimento de instrumentalização da Justiça por parte da J&F.

Além disso, segue a empresa, a manutenção da decisão que impede a conclusão da compra de 100% da Eldorado “pode desencadear um efeito prejudicial de grande escala nos investimentos estrangeiros no Brasil, gerando incerteza e desconfiança entre os investidores internacionais”.

“Isso poderia afetar não apenas o setor específico em questão, mas também outros setores da economia que utilizam estruturas semelhantes, como de mineração, energia e agricultura, incluindo diversos negócios já em curso, legalmente concluídos sem as exigências que se pretende aplicar a Paper”, informa, na nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/04/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CONCESSÕES E INVESTIMENTOS PÚBLICOS SÃO DESAFIOS DO 'BR DOS RIOS'

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 12/04/2024 - 17:07



Arquivo/Divulgação

Secretária-executiva do MPor avalia que desenvolvimento do potencial hidroviário passa por encontrar modelos sustentáveis e garantir recursos do DNIT

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori, avalia que o BR dos Rios representará um grande desafio para o desenvolvimento do potencial hidroviário brasileiro, que passa por inserir o Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (DNIT) na ponta dos investimentos e por tocar as outorgas. A pasta interage com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre os projetos de concessão que foram priorizados e constam no plano geral de outorgas (PGO).

"É muito desafiador colocar de pé pela primeira vez modelagem de hidrovia. As primeiras modelagens de rodovias são muito complexas. Mas estamos pegando o que conhecemos de boas modelagens de outros modais para trazer para hidrovias e para que efetivamente possamos acertar", afirmou Mariana, na última quinta-feira (11), durante o evento de lançamento da SNHN, em Brasília.

Mariana destacou que o governo conseguiu aumentar os recursos para investimentos públicos, como dragagens e eclusas. A secretária mencionou que houve recorde de R\$ 650 milhões investidos em hidrovias pelo governo em 2023 e que foram garantidos R\$ 700 milhões de orçamento para a atividade. Ela acrescentou que o transporte de passageiros no Norte depende muito de investimentos públicos.

"Nossas modelagens trarão benefícios para a população, principalmente na região Norte mas também para escoamento de cargas na região Paraguai-Paraná e demais hidrovias que vamos conseguir investir. Nos próximos anos, vamos entregar muito para o setor", projetou Mariana.

A secretária-executiva do MPor lembrou que a criação de SNHN era esperada há muitos anos e que a área de hidrovias, por muito tempo, ficou vinculada ao Ministério dos Transportes. "Pela primeira vez, temos uma secretaria que tocará especificamente esta pauta. Com certeza, essa é a pauta que temos que focar mais no momento. Já tocamos diversas políticas públicas e agora hidrovias tem que ser a pauta do momento", acredita.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com)



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 026/2024
Página 64 de 64
Data: 12/04/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 12/04/2024